

ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 49 — Série VII — N.º 307
6 de Dezembro de 1979

Preço: 10\$00

SEMANÁRIO

Propriedade do Partido Comunista Português

Dir./Red. — R. Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 — Telex 18390

Composição e Impressão — Heska Portuguesa

Distribuição — CDL, R. Pedro Nunes, — 1000 Lisboa

HÁ CONDIÇÕES PARA DEFENDER ABRIL!

O Comité Central do PCP analisou os resultados das eleições intercalares considerando os perigos que a maioria de deputados da Aliança reaccionária faz pender sobre a democracia portuguesa e as condições de defesa de Abril abertas pelo grandioso sucesso do PCP e da APU, pela maioria de votos expressos para as forças democráticas e pelas determinantes constitucionais do regime democrático claramente apoiado pelo povo português

Páginas centrais

Avante para as eleições locais!

O Comité Central do PCP apela a todos os militantes, simpatizantes e amigos do PCP, a todos os democratas integrados na APU, a todos os homens, mulheres e jovens de sentimentos democráticos para o arranque audacioso, imediato e confiante nesta grande e urgente batalha em defesa da democracia e pelos interesses das populações

Pág. 7 / Pág. 3

COMÍCIO

DOMINGO-9 DE DEZEMBRO-15H
CAMPO PEQUENO

Intervenção do camarada Álvaro Cunhal



MAIS DE UM MILHÃO DE VOTOS NA APU

Gráficos dos resultados • Os 47 deputados da APU • O avanço democrático no Norte • A consolidação das forças democráticas nas zonas industrializadas e da Reforma Agrária • Depoimento dos deputados do PCP eleitos em Braga e Aveiro • A campanha nos Açores • Págs. 5, 8, 9, 10 e 12

Editorial

APROFUNDAR OS ÊXITOS NO PLANO ELEITORAL

Editorial

APROFUNDAR OS ÊXITOS NO PLANO ELEITORAL

O balanço político das eleições intercalares de 2 de Dezembro último e dos seus resultados e consequências previsíveis a curto e médio prazo, feito pelo plenário do Comité Central do PCP, constitui uma preciosa ajuda para a compreensão correcta da hora que vivemos e da singular importância das tarefas imediatas que se colocam ao movimento popular e democrático português em geral e à classe operária e ao seu Partido em particular.

As eleições de domingo inscreveram-se, como várias vezes temos sublinhado, numa solução constitucional da crise governativa, solução que foi, ela própria, uma verdadeira derrota das soluções golpistas que as forças reacçãoárias tentaram impor ao País.

Esta solução constitucional foi condicionada pela formação do Governo de Lourdes Pintasilgo mas a decisão de convocar eleições intercalares interrompeu de facto a grande ofensiva reacçãoária que estava em curso sob a égide do governo fascizante Mota Pinto/PPD/CDS, e pôs em cheque os planos da reacção.

A campanha eleitoral e as próprias eleições, apesar de todas as distorções, atropelos e violências dos círculos reacçãoários em vastas regiões do País, acabaram por representar uma afirmação da vitalidade das instituições democráticas e do extraordinário civismo do Povo português.

☆☆

Os resultados eleitorais evidenciaram a natureza contraditória da situação nacional actual e a envergadura dos perigos e ameaças que pesam sobre o Portugal de Abril.

Mas foram também um significativo barómetro do crescimento das forças que se dispõem cada vez mais a defender as conquistas da Revolução de Abril, do seu carácter maioritário na correlação de forças políticas e sociais do País, da crescente tomada de consciência de vastas camadas do Povo português face aos graves perigos que ameaçam as suas liberdades e conquistas e o próprio regime democrático nascido da gesta gloriosa do «movimento dos capitães».

O traço saliente das eleições intercalares de domingo último é a extraordinária votação nas listas populares da Aliança Povo Unido cuja espinha dorsal é o PCP; é a forte confiança de milhões de portugueses num projecto político que assenta na força esclarecida e realizadora do grande partido da classe operária portuguesa que é o PCP.

O plenário do Comité Central trazendo à reunião o balanço das realizações do Partido no âmbito da APU, resumindo uma vasta experiência nacional, assinalou o grande sucesso do PCP e da Aliança Povo Unido em todas as regiões do País.

Aumenta: mais de 41% dos votos obtidos, numa escala que ultrapassou o milhão cento e quarenta mil votos; passar de 40 deputados em 263 na anterior Assembleia da República para 47 em 250 na nova Assembleia – nestes incluídos os 3 deputados do MDP/CDE; alargar de forma tão substancial a votação APU em regiões consideradas como feudos da reacção e do caciquismo fascista; duplicar o número de deputados num distrito de tanta importância industrial e política – o segundo do País – como o Porto; aumentar 28 000 votos nos 3 distritos do Alentejo da Reforma Agrária, elevando o total para 154 000, lá onde a reacção, defensora do latifúndio, reclamava a ocupação militar e, deformando a acção eminentemente democrática e enraizada nas massas desenvolvida pelos comunistas, apelava à destruição da «ditadura do PCP no Alentejo» – além do notável reforço da votação APU nos restantes concelhos da Reforma Agrária dos distritos de Santarém e Setúbal – são inegáveis facetas de um êxito tanto mais meritório quanto foi arrancado em condições tão difíceis e complexas como as que foram criadas em largas zonas do Portugal continental e insular ao exercício das liberdades e ao trabalho político dos comunistas.

As votações mostraram – como sublinha o comunicado do Comité Central – que «o Partido Comunista Português com a classe operária e vastas massas trabalhadoras cumpriu com honra o seu papel de grande baluarte na defesa do regime democrático».

☆☆

A grande votação na Aliança Reacçãoária («AD»), que lhe deu a maioria de deputados, não lhe deu, contudo, a maioria dos eleitores do País.

A maioria dos portugueses votou democracia. Em 5 912 913 votantes do Continente e das Regiões Autónomas a «AD» obteve 2 497 019 votos. Quer dizer mais de 50% do número de deputados foi obtido apenas com 42,2% dos votos expressos.

Por outro lado sabe-se como foram levados para a Aliança Reacçãoária os votos de milhares de portugueses que foram objecto dos mais vergonhosos e vis processos de coacção e de manipulação política.

Todas as formas de pressão – económica, material, física, moral e religiosa – foram usadas para forçar o voto na reacção.

Principalmente os partidos do bloco reacçãoário utilizaram da maneira mais repugnante a pressão religiosa como forma de anular a forte corrente abstencionista no Norte e no Centro do País.

Derrotado na assembleia o voto obrigatório proposto pelos partidos da direita, os componentes da «AD» obtiveram dos círculos reacçãoários da Igreja Católica, contra a opinião de alguns bispos e do próprio Colégio Episcopal, a obrigação de votar por imperativos religiosos.

Pequenos e médios agricultores, rendeiros e caseleros expulsos judicialmente das terras que adubaram com o seu suor e o seu trabalho ao abrigo da lei do PPD votada também pelo CDS e o próprio PS, foram, por repugnante atentado às suas consciências de católicos, obrigados a votar nos responsáveis da sua ruína e miséria.

Ameaças de excomunhão e mesmo de morte foram proferidas contra os católicos abstencionistas a quem foi exigido votar nos partidos da reacção.

Por tudo isto, aos partidos da direita, agrupados na Aliança Reacçãoária, falta autoridade e legitimidade para falarem em nome da maioria dos eleitores e ainda menos em nome da maioria dos portugueses.

☆☆

Aos partidos da reacção, agora maioritários no Parlamento e que com toda a probabilidade serão chamados a formar governo, falta legitimidade para imporem pelo exercício do Poder o projecto anticonstitucional em que continuam a apostar.

Nenhuma dúvida deve restar aos portugueses, em particular aqueles que por ingenuidade ou coacção puseram o seu voto na «AD», de que os partidos do cacarolete reacçãoário, não vão respeitar a Constituição e as instituições democráticas. A direita no Poder vai usá-lo para tentar esmagar as conquistas do 25 de Abril, para tentar suprimir as liberdades, para tentar a liquidação do regime democrático e impor uma nova ditadura, para tentar inverter a marcha da História.

Sá Carneiro, agora já quase na pele de primeiro-ministro, renova os seus ataques aos órgãos de soberania que não domina. A sua declaração de guerra ao Presidente da República e ao Conselho da Revolução, aliás coadjuvada por Freitas do Amaral, Amaro da Costa, Casqueiro e outros chefes reacçãoários, faz prever como certa a continuação da acção destabilizadora da direita para forçar o retorno ao passado.

É preciso deixar claro que ao previsível governo «AD» e à sua maioria parlamentar falta legitimidade política e constitucional para imporem o seu projecto golpista, principalmente uma nova lei eleitoral que falseie a vontade dos portugueses, como constantemente reafirmam os chefes reacçãoários.

No âmbito da Constituição para que uma lei entre em execução não basta ser feita por qualquer governo ou por qualquer maioria parlamentar – tem de ser sancionada por outros órgãos de soberania.

O comunicado do Comité Central alerta para a previsível agressividade da direita no Poder contra o Movimento Operário, contra os direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores. As forças directamente representantes do grande patronato, do grande capital

e do imperialismo, procurarão por todas as formas anular as grandes transformações sociais e económicas do Portugal de Abril.

Quando os socialistas vêm felicitar pela sua vitória os chefes da reacção, quando se referem à profunda alteração havida como uma simples «alternância do Poder», estão a desarmar os trabalhadores, a provocar o afrouxamento da vigilância de todos os democratas e patriotas em relação aos que até 1980 vão provavelmente deter as rédeas do Poder político no governo e no Parlamento para tentarem liquidar Abril.

☆☆

Na trincheira da democracia contra a reacção, o PCP soube defender e ampliar com galhardia as suas posições na frente de combate. Ao nosso lado o Partido Socialista com a sua política de transigências à direita, com a política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista dos seus governos em aliança com os partidos da direita, abriu a trincheira ao inimigo e perdeu posições de importância decisiva para a defesa da democracia.

Um rápido e profundo exame de consciência e uma urgente viragem na sua política são indispensáveis para barrar o caminho à reacção.

Também outros partidos de esquerda e os que enganados votaram nos grupelhos esquerdistas devem rapidamente rever as suas posições.

Os votos perdidos pelos democratas nestes partidos e grupos permitiram a eleição de uma maioria tangencial da direita e teriam permitido, na APU ou mesmo no PS, assegurar a maioria democrática.

O comunicado do Comité Central sublinha a importância de confirmar e alargar em votos o êxito do PCP e da APU nas eleições do dia 16 para as autarquias.

Com o PCP, grande força aglutinadora de todos os democratas e patriotas portugueses, a dinâmica unitária desenvolvida na campanha para a Assembleia da República pode e deve «atrair sectores ainda mais vastos da população e apoiar a Aliança Povo Unido nas eleições para as autarquias».

«Nem um momento deve ser esquecido que o êxito da Aliança Reacçãoária resultou em larga medida da coligação dos partidos da direita.»

Êxitos na luta pela defesa da democracia e do 25 de Abril estão ao alcance das forças democráticas se um grande e profundo trabalho unitário e um sério esforço de entendimento forem levados avante.

Como se diz no comunicado do CC, «os resultados das eleições não alteram o facto de que a democracia tem mais força que a reacção.»

«O Povo português saberá defender e defenderá o Portugal de Abril.»

Felicitações de partidos irmãos ao PCP

Conhecidos os resultados das eleições intercalares para a Assembleia da República, chegaram ao nosso Partido vários telegramas de saudação enviados por partidos irmãos, de desta forma manifestam o seu regozijo pelo grande aumento da votação no PCP e na Aliança Povo Unido.

● Do Partido Comunista Francês

Caro Álvaro

Permite-me dirigir-te, assim como a todos os membros do PCP, as minhas calorosas felicitações pelo sensível progresso registado pelos comunistas no seio da Aliança Povo Unido. O PCP afirma-se assim como o mais seguro garante do bem-estar dos trabalhadores e do futuro democrático do país, enquanto que a política de compromisso com a direita e de discriminação anticomunista do Partido Socialista conduziu ao reforço das forças reacçãoárias. Nas novas condições criadas por estas eleições podes estar seguro da solidariedade dos comunistas franceses e faço votos para que o teu partido confirme o seu avanço nas próximas eleições locais.

Georges Marchais

● Do Partido Comunista Italiano

Camarada Álvaro Cunhal

Em nome de todos os comunistas italianos exprimo as

mais vivas felicitações pelo animador sucesso conseguido pelo Partido Comunista Português nas eleições políticas de domingo passado. O vosso forte avanço eleitoral testemunha o crescente consenso à vossa luta pela defesa da democracia no vosso país, pela defesa das conquistas da revolução portuguesa. A maior influência dos comunistas e a força da esquerda no seu conjunto constituem a mais sólida garantia de poder barrar-se o caminho aos planos da reacção e de que os trabalhadores da cidade e do campo, com todas as forças progressistas portuguesas, saberão levar avante a difícil batalha pelo desenvolvimento democrático e pelas transformações económicas e sociais de Portugal.

Enrico Berlinguer

● Do Partido Comunista Alemão

Queridos camaradas

O Comité Central do Partido Comunista Alemão saudava-vos pelo vosso grande êxito eleitoral. Trata-se do reflexo da vossa política consequente em defesa das conquistas democráticas e sociais da Revolução de Abril. Temos a convicção de que o vosso reforço eleitoral abre perspectivas novas para a união das forças democráticas e de esquerda na sua luta contra as forças de direita. Reafirmamos a nossa solidariedade para com a vossa luta bem como o desejo de reforçarmos a cooperação entre os

nossos dois partidos, no espírito do internacionalismo proletário.

Herbert Mies, Presidente do PCA

● Do Partido Comunista de Espanha

Queridos camaradas

O Comité Central do Partido Comunista de Espanha deseja manifestar-vos as suas mais fraternais felicitações pelos resultados obtidos nas eleições. Este avanço do Partido Comunista dará novo impulso à luta para unir as forças democráticas de Portugal na luta pelos interesses dos trabalhadores e das massas populares na acção pela paz, a democracia e o socialismo. Aproveitamos esta oportunidade para reafirmarmos os nossos sentimentos de amizade e solidariedade.

O Comité Central do Partido Comunista de Espanha

● Do Partido Comunista da Grécia

Ao Comité Central do Partido Comunista Português

Calorosas saudações pelo importante sucesso nas eleições parlamentares. O aumento da influência do Partido Comunista Português é expressão da confiança das massas trabalhadoras, comprovação da política do vosso partido e garantia para a luta pela defesa das conquistas da revolução de Abril.

O Comité Central do Partido Comunista da Grécia

● Do Partido Comunista da Finlândia

À Secção Internacional do Partido Comunista Português

O Partido Comunista da Finlândia felicita calorosamente o PCP por ocasião da vossa vitória eleitoral. Desejamos todo o sucesso na vossa luta contra a reacção e o imperialismo, pela paz e o desarmamento, por um Portugal democrático e socialista.

O Comité Central do Partido Comunista da Finlândia

● Do Partido Comunista da Grã-Bretanha

Álvaro Cunhal

Felicitações pelo importante avanço nas eleições, que confirma o apoio popular à política do vosso partido em defesa das conquistas da revolução. Expressamos a solidariedade com os comunistas e o povo trabalhador português nas próximas lutas contra as tentativas de retorno ao passado por parte da reacção.

Gordon McLennan, Secretário-geral do PCGB

● Do Partido Comunista da Holanda

Queridos camaradas

Felicitemo-vos cordialmente pelos excelentes resultados dos comunistas portugueses nas eleições. O fortalecimento do vosso partido é da maior importância para a luta de todos os democratas portugueses em defesa das conquistas da revolução de Abril, pela paz e pelo progresso social. Desejamo-vos novos sucessos nesta luta. Saudações fraternais.

Henk Hoekstra, Presidente do PCH

● Do Partido Comunista da Bélgica

Ao Comité Central do Partido Comunista Português

Transmitimos felicitações calorosas pelos vossos resultados nas últimas eleições. Estamos convencidos de que estes resultados contribuirão para a união das forças capazes de impedir o recuo no campo social e político. Fraternalmente,

Louis Van Geyt

● Do Partido de Esquerda – Comunistas da Suécia

Queridos camaradas

Felicitações pelo vosso grande avanço nas eleições e os melhores votos para o futuro.

Lars Werner, Presidente do Partido de Esquerda – Comunistas da Suécia

● Dos comunistas das Canárias ao Comité Central do PCP

Comunistas canários felicitamos camaradas portugueses grande triunfo eleitoral APU que corta o passo à reacção e muito positivo para classe operária e trabalhadores portugueses.

Pelos comunistas canários, Fernando Sagaseta, deputado

● Dos comunistas de Mantova à direcção do PCP

Em nome dos comunistas de Mantova expresso vivas felicitações brilhante sucesso PCP. Estamos convosco para derrotar a direita e defender conquistas 25 Abril.

Bruno Mori (Secretário da Federação de Mantova do PCI)

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soares Pereira Gomes

- 1899 Lisboa CODEX, Tel. 768345

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, SARL, Av. Santos Dumont, 57-2.º D.º

- 1000 Lisboa, Tel. 769744/769751

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soares Pereira Gomes - 1899 Lisboa-CODEX, Tel. 769725/769722

DISTRIBUIÇÃO:

CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57-2.º D.º - 1000 Lisboa, Tel. 778826/778825

Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-CV - 1000 Lisboa, Tel. 776936/776950, Porto - Rua do Almada, 16-2.º Esq.º - 4000 Porto

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Século, 90 - 1200 Lisboa, Tel. 372238

Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 57B - 4000 Porto, Tel. 28938

Casa de Venda: R. do Almada, 16-2.º Esq.º - 4000 Porto, Tel. 310441

Centro Distribuidor do Centro: Rua 1.º de Maio 186, Pedrulha - 3000 Coimbra, Tel. 31286

Centro Distribuidor do Alentejo: Alarcova de Baixo, 13 - 7000 Évora, Tel. 26361

Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro, Tel. 24417

ASSINATURAS:

Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º - 1000 Lisboa, Tel. 778826

PUBLICIDADE CENTRAL:

Av. Santos Dumont, 63-A - 1000 Lisboa, Tel. 776936/776950, Porto - Rua do Almada, 16-2.º Esq.º - 4000 Porto, Tel. 391067

EXPEDIÇÃO:

R. João de Deus, 24 - Venda Nova - 2700 Amadora, Tel. 900044

Composto e impresso na Heeka Portuguesa R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - 2700 Amadora

Tiragem média do mês de Novembro: 73 040



Conferência de Apoio à Independência de Porto Rico

Realizou-se recentemente no México a Conferência de Apoio à Independência de Porto Rico, à qual estiveram presentes dezenas de delegações representando partidos comunistas e operários e outras organizações progressistas de vários países do mundo.

O PCP esteve representado pela camarada Maria da Piedade Morgadinho, membro do CC, que nas sua intervenção na tribuna da Conferência salientou:

No momento em que, em vários continentes, a luta dos

povos pela sua libertação e pela paz ganha nova amplitude – a realização desta Conferência tem um importante significado.

Porto Rico não é apenas uma colónia norte-americana mas é, também, uma importante base militar dos Estados Unidos na zona das Caraíbas. Ali se concentram bombardeiros atômicos, foguetes e unidades navais que estão distribuídas por mais de uma dezena de bases militares espalhadas pela ilha constituindo uma ameaça

permanente à paz e à segurança

do povo de Porto Rico e doutros povos da América Latina.

Violando as decisões dos organismos internacionais, o imperialismo norte-americano mantém a ocupação de Porto Rico, tentando contrariar os ventos da História que ao longo das últimas décadas têm soprado favoravelmente à luta dos povos pela emancipação nacional.

E mais adiante:

Os comunistas portugueses são solidários com a luta

abnegada do povo de Porto Rico vem conduzindo há quase um século pela sua independência. Os comunistas portugueses conhecem os inúmeros sacrifícios que elasm custado. Conhecem os seus mártires e heróis.

A Conferência constituiu uma importante manifestação de internacionalismo e uma forte ajuda à corajosa luta de libertação nacional travada pelo povo portorriquenho contra o colonialismo norte-americano.



Uma nova grande batalha política se aproxima: faltam apenas onze dias para a realização das eleições para as autarquias. Todo o trabalho realizado anteriormente, por um lado, e os próprios resultados obtidos em muitas freguesias e concelhos nas eleições do passado domingo, por outro, apontam para a possibilidade de novas e importantes vitórias do PCP e da APU. E estamos já em plena campanha eleitoral: ao trabalho, camaradas e amigos!

No próximo dia 16 APU presente a todas as Câmaras em eleições de grande importância

No próximo dia 16 de Dezembro, o povo português irá eleger os 53 252 membros das Assembleias e Câmaras Municipais e das Assembleias de Freguesia, aos quais se acrescentarão posteriormente 12 703 membros das Juntas de Freguesia. Tendo em conta o número de candidatos efectivos e suplentes, uma força política que concorresse a todos os órgãos autárquicos teria de apresentar um mínimo de 72 284 candidatos. Do conjunto de candidatos de todas as forças políticas resultará um total de 65 955 membros eleitos para os órgãos autárquicos.

Em Portugal haverá, assim, no poder local, 1 cidadão eleito por cada 103 eleitores. Nem de perto nem de longe existe nas chamadas democracias ocidentais um tal regime de participação popular. Esta enorme participação popular constitui o primeiro factor de avaliação da importância que as eleições para as autarquias assumem no processo de consolidação e defesa do regime democrático nascido do 25 de Abril.

Mas a importância destas eleições deve ainda ser avaliada pelo facto de os órgãos autárquicos serem as estruturas da Administração Pública mais próximas das populações e com vastas responsabilidades na resolução de muitos dos seus problemas concretos do dia-a-dia.

Os resultados das eleições para as autarquias revestem-se, portanto, de enorme relevância e significado no processo de estruturação, defesa e reforço do Estado democrático e do regime democrático, consagrados na Constituição.

O IX Congresso do PCP, realizado em Maio deste ano, definiu, aliás, esse objectivo como uma meta a atingir, bem como o de concorrer a um muito maior número de Assembleias de Freguesia.

Uma gestão exemplar

Os Municípios eleitos democraticamente há três anos fizeram muito mais que as administrações fascistas. Mas os 37 Municípios de maioria APU fizeram mesmo, em muitos casos, mais em três anos de mandato que as Câmaras fascistas em quase meio século.

Se compararmos as realizações das autarquias com maioria das diversas forças políticas, a comparação evidencia claramente a superioridade da gestão, iniciativa, capacidade e competência dos Municípios e Freguesias de maioria APU.

No domínio do saneamento básico, as 24 Câmaras do Alentejo com maioria APU, no final do mandato terão instalado água ao domicílio em 67 povoações (tantas como o fascismo em 48 anos); terão dotado de esgotos 73 povoações (mais 28 do que o fascismo).

No domínio da defesa do ambiente, é de assinalar, por exemplo, a acção dos eleitos da APU e dos deputados comunistas em apoio às populações organizadas na luta contra o flagelo da poluição do Alentejo, assim como a acção da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira junto da Cimpor.

Em 1976, o Povo Unido concorreu a 1129 freguesias com listas próprias, enquanto que nas eleições do próximo dia 16, a APU apresenta listas em mais do dobro das freguesias, com a particularidade de centenas delas serem freguesias nas quais, no decorrer dos últimos três anos, a liberdade de concorrer a estas eleições foi conquistada palmo a palmo.

A gestão do PPD e do CDS: corrupta, incompetente e caciqueira

Os partidos da reacção pretendem explicar a sua coligação nas autarquias como forma de enfrentar o PCP e o PS nos locais em que os partidos democráticos são mais fortes. Mas há dezenas e dezenas de casos em que os partidos da Aliança

Reaccionária já tinham confortável maioria e em que, mesmo assim, concorrem coligados. Qual a razão para, em tais casos, concorrerem em coligação?

com o PPD nas câmaras municipais onde a gestão do CDS ou do PPD na sua direcção se tenha revelado menos activa e menos operosa e onde, portanto, a imagem do partido dirigente-mor do Município esteja de certo modo degradada.

Isto é, eles próprios confessam, por esta forma, que a sua gestão foi, regra geral, caciqueira, corrupta, incompetente, a favor dos ricos e contra os interesses da população.

os partidos da direita só tenham conseguido apresentar-se em conjunto em menos de metade do total dos concelhos do país. E mesmo naqueles em que vão em conjunto, ainda falta saber qual será o efeito das inevitáveis lutas entre os respectivos caciques.

Um estilo de trabalho

A capacidade da realização dos eleitos de APU para as autarquias foi um dos aspectos mais predominantes da actividade dos órgãos de poder local eleitos em Dezembro de 1976. Porém, tão importante como essa capacidade de realização foi a forma como as autarquias de maioria APU desenvolveram a sua acção: em estreita ligação com as massas populares, alargando e aprofundando os processos de gestão democrática das autarquias, empenhando-se, da forma mais abnegada, na luta pela defesa dos interesses das populações. Pode, aliás, acrescentar-se que a imensa maioria das resoluções tomadas

nestas Câmaras o foi por consenso unânime de todos os eleitos. Casos há, como os das Câmaras do Seixal e Coruche, em que as decisões foram sempre tomadas por unanimidade, não obstante haver vereadores não pertencentes à APU.

São inúmeros e extremamente ricos os casos de Assembleias e Câmaras Municipais e Assembleias de Freguesia em que os eleitos da APU, embora em minoria, conseguiram congregar os votos dos eleitos de outras forças políticas, através da apresentação de propostas para a resolução dos problemas concretos das populações. Poder-se-ia, citar, a propósito, centenas e centenas de casos destes.

Em contraste, e apesar de, felizmente, haver bastantes eleitos de outras forças políticas interessadas em resolver os problemas das populações, são muitos os casos de corrupção, desinteresse, incompetência e demissionismo de muitos eleitos do PPD, do CDS e até do PS.

Salvaterra de Magos, Portimão, Viana do Castelo e Figueira da Foz. Há casos, como Mirandela, em que se alteraram nomes de ruas, praças e avenidas que exaltavam a liberdade, o povo e o 25 de Abril, para passarem a exaltar o fascismo e a exploração colonial. Há mesmo o caso da Câmara de Rio Maior que aprovou, para data do feriado municipal, o aniversário do ignóbil assalto fascista ao Centro de Trabalho do PCP.

APU: o voto útil na defesa dos interesses das populações

As eleições do próximo dia 16 revestem-se de um significado muito particular. Trata-se, também nesse dia, de ganhar para a luta democrática muitos homens e mulheres que foram mistificados pela política do PPD e do CDS, que votaram nestes partidos, mas que já descobriram ou estão a descobrir pela sua própria experiência que, ao votar ou apoiar

esses partidos, agiram contra os seus próprios interesses. Muitos desses homens e mulheres votarão agora no Povo Unido e, alguns deles, já participam nas listas da APU.

ganha-las-á certamente, e outras onde no passado domingo já obteve a maioria, como Amadora, Sobral de Monte Agraço, Ourique, Marinha Grande, etc., por muito que isso pese aos esquerdistas. Mas, por todos os prejuízos que têm causado e continuarão a causar aos trabalhadores e às forças democráticas, devem ser combatidos com firmeza e eficácia.

Votos nos grupelhos neonazis (MRPP e outros) são votos contra o 25 de Abril, a favor das forças provocatórias da reacção e do fascismo. São, ao fim e ao cabo, votos na Aliança Reaccionária.

De onde se conclui que o voto útil, seguro e certo no Portugal de Abril e na resolução dos problemas das populações só há um: o voto na Aliança Povo Unido.

Para a vitória democrática nas próximas eleições para as autarquias locais

A campanha eleitoral para as eleições autárquicas começou já antontem. Confiantes num reforço ainda maior da APU nas próximas eleições para as autarquias, por toda a parte se desenvolve o trabalho feito por militantes comunistas e outros democratas apostados em tornar ainda mais ampla a participação popular na resolução dos seus problemas.

Também nas eleições para as autarquias o voto útil, seguro e certo no Portugal de Abril é o voto na Aliança Povo Unido.

A que se propõem os que forem eleitos

Também neste ponto o documento é claro, sendo no entanto o confirmar de toda a actividade no passado:

Os comunistas, através dos mandatos que obtiverem nas próximas eleições, lutarão e trabalharão para:

- Resolver os problemas mais prementes das populações, em particular dos trabalhadores e melhorar as suas condições de vida, designadamente, no domínio da habitação, abastecimento de água, esgotos e lixos, estradas, caminhos e transportes, educação e ensino, saúde, segurança social, cultura, desporto, turismo, defesa do ambiente, abastecimento público, segurança dos cidadãos, etc.;
- Apoiar e prestar atenção aos problemas do desenvolvimento económico, designadamente, da agricultura, indústria e comércio;
- Imprimir ao trabalho nas autarquias um estilo de unidade e cooperação entre todos os eleitos interessados na resolução dos problemas das populações, independentemente das forças políticas que os fizeram eleger;
- Zelar pela honestidade e isenção da actividade dos órgãos autárquicos, combatendo a corrupção e o compadrio;
- Informar e prestar contas permanentemente da gestão e da actividade dos eleitos da APU às populações;
- Defender e melhorar as leis sobre a estrutura, composição e competências dos órgãos das autarquias; garantir a aplicação integral da Lei de Finanças Locais e assegurar a entrada em vigor da lei de delimitação de responsabilidades da Administração Central e Local em matéria de investimentos;
- Proceder à reorganização e adaptação dos serviços das autarquias às novas responsabilidades que assumiram e vão assumir;
- Prosseguir a desconcentração de competências e meios de actuação municipais para as freguesias de forma a garantir a sua actuação eficiente e favorecer a resolução mais rápida dos problemas das populações;
- Assegurar o funcionamento regular,

Uma unidade mais vasta

No documento aprovado na Conferência Nacional do PCP de 14 de Outubro, e no qual se expunha a declaração de princípios do PCP para a vitória da APU nas eleições autárquicas e para a defesa dos interesses das populações, o alargamento da unidade era apontado:

A base social e política de apoio da Aliança Povo Unido que se apresentará às próximas eleições para as autarquias representa uma unidade muito mais vasta do que a coligação do PCP e do MDP/CDE que lhe serve de suporte jurídico.

Nas últimas eleições de Dezembro de 1976, 60% dos candidatos a Assembleias de Freguesia não eram militantes do PCP nem do MDP/CDE. É já certo que esta larga participação nas listas da APU de democratas, com e sem partido, que não são militantes nem do PCP nem do MDP/CDE, será mantida e mesmo aumentada.

Garantir a vitória democrática

Neste documento são apontadas algumas das metas a atingir e o que já foi feito para melhor as concretizar, como se salienta:

Nestas eleições os objectivos da APU serão:

- Ganhar novas Câmaras e Assembleias Municipais e Assembleias de Freguesia;
- Obter mais mandatos nos órgãos de Poder Local em que já temos representação;
- Procurar obter mandatos em todas as Assembleias Municipais e Assembleias de Freguesia a que se concorre e na grande maioria das Câmaras Municipais;
- Garantir a vitória das forças democráticas, derrotar as forças reaccionárias e desalojar caciques reaccionários de posições que detêm nas autarquias.

Para a realização destes objectivos deram-se já importantes passos.

Em 1976 o Povo Unido concorreu em 288 Câmaras e Assembleias Municipais e agora concorrerá nas 305 Câmaras e Assembleias



Municipais existentes no continente e nas Regiões Autónomas. O Povo Unido concorreu nas últimas eleições em 1129 Assembleias de Freguesia com listas próprias. A APU concorrerá agora a mais do dobro do número destas freguesias.

O número de votos, o número de eleitos da APU será consideravelmente aumentado.

A APU alcançará a maioria num número mais elevado de concelhos e freguesias.

O passado, garantia no futuro

Tudo o que foi feito nestes últimos anos pelos órgãos autárquicos eleitos pela APU confirma a certeza de um maior êxito futuro, como se salienta também no documento:

A certeza do êxito vem do trabalho realizado.

- As autarquias eleitas em Dezembro de 1976 resolveram muito mais problemas do que as autarquias do fascismo. As autarquias com maioria da APU fizeram mais em importantes sectores, em 3 anos do que as autarquias do fascismo em 48 anos, e sem dúvida fizeram mais do que as autarquias com maioria de outras forças políticas;
- Os eleitos da APU, mesmo em minoria, afirmaram-se entre os mais competentes, dedicados e isentos gestores das autarquias;
- Afiraram-se pela sua firmeza na defesa dos interesses das populações, pelo combate ao caciquismo e à corrupção, pela defesa das liberdades, da legalidade democrática e do 25 de Abril;
- Afiraram-se pelo seu espírito aberto e unitário e pela cooperação com os eleitos de outras forças políticas.

É com base no trabalho realizado e com a consciência de quem tudo fez para cumprir os programas que há três anos apresentou aos eleitores que o PCP afirma a sua confiança numa grande vitória da APU nas eleições para as autarquias.

O trabalho realizado, que já se reflectiu claramente nos resultados das eleições suplementares, para as Câmaras e Assembleias de Freguesia, traduzir-se-á agora num grande reforço da confiança popular na Aliança Povo Unido.

Certo de merecer a confiança e voto dos eleitores e reafirmando a sua determinação em promover uma política unitária que, servindo as populações, reforce o Poder Local democrático, o PCP reitera a sua firme convicção de que, também nas eleições para as autarquias, um grande reforço do número de votos e posições da APU contribuirá decisivamente para a derrota da reacção, dificultará as alianças do PS à direita, favorecerá a unidade das forças democráticas e assegurará a defesa dos interesses das populações.

eficaz e democrático de todos os órgãos de Poder Local previstos na Constituição;

- Incentivar a participação popular na gestão das autarquias e, designadamente, pela inserção directa das Comissões de Moradores nas Assembleias de Freguesia; e dos Sindicatos, Comissões de Trabalhadores, Comissões e Associações de Moradores, Conselhos Directivos de Baldios, Comissões de Aldeia, Bombeiros, UCP's e Cooperativas Agrícolas, Cooperativas de Habitação, de Produção e de Consumo, Colectividades, organizações de agricultores, de mulheres, de reformados, pensionistas e idosos, de deficientes, etc., nos Conselhos Municipais;
- Contribuir para resolver os problemas das classes e camadas médias, designadamente, dos pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais;
- Apoiar os sectores da população que requerem maior apoio (crianças, terceira idade, deficientes e desempregados), designadamente, as suas organizações específicas;
- Apoiar as justas reivindicações dos trabalhadores das autarquias, o escrupuloso respeito pelos seus direitos e pelas suas organizações de classe, a informação regular acerca da gestão da autarquia e o apoio à valorização e plena realização profissional dos seus trabalhadores;
- Defender com firmeza as liberdades, a Reforma Agrária e as outras conquistas de Abril e o regime democrático consagrado na Constituição.

Portanto, a garantia é votar APU

Como garantir a defesa intransigente dos interesses das populações é por fim assinalado no documento aprovado na Conferência:

Votar e eleger elementos do Povo Unido significa que as populações garantirão nos órgãos autárquicos a presença de representantes fiéis dos seus interesses, lutadores firmes pela resolução dos problemas locais, defensores do alargamento e aprofundamento da democracia e da participação popular, opositores consequentes aos compadrios, corrupção, ilegalidades, desinteresse e demissionismo verificado em inúmeros órgãos em que dominam as forças reaccionárias e o próprio PS.

Com absoluta confiança nos trabalhadores e no povo, o PCP apela a todos os seus militantes e simpatizantes, a todos os democratas do Povo Unido para, com abnegação, entusiasmo e determinação, trabalharem para a vitória da Aliança Povo Unido.

Semana

28 Quarta-feira 1944 - É estabelecido o acordo sobre a base das Lages entre Portugal e os EUA.

O Conselho da Revolução divulga um comunicado no final da sua reunião habitual onde, referindo-se ao próximo acto eleitoral de 2 de Dezembro, se mostra confiante na consolidação da Democracia. No seu boletim para a agricultura, o Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INMG) informa que o estado de desenvolvimento das culturas de Outono/Inverno apresentam um atraso de 4 a 10 dias em todo o território, excepto a Norte do Vale do Mondego. A SIP da DORL do PCP denuncia em comunicado aruações e provocações durante a campanha eleitoral, concretizadas por elementos da chamada «Aliança Democrática» e de outros agrupamentos fascistas. Em conferência de imprensa é anunciada a candidatura às próximas eleições presidenciais do coronel Pires Veloso. A Secretaria de Estado da Habitação autoriza o financiamento para a construção de fogos promovida por algumas cooperativas e associações de moradores, que se distribuirão por Évora, Grândola e Porto.

29 Quinta-feira 1926 - O general fascista Oscar Fragoso Carmo toma posse do cargo de Chefe de Estado interino.

Os elementos da chamada «UGT» que ocupam as instalações da Federação dos Escritórios do Sul fazem desaparecer toda a documentação daquela organização, impedindo assim que fosse arrolada, como determinava a sentença do 11.º Juízo Cível do Tribunal da Comarca de Lisboa. Uma delegação da Federação de Agricultores do distrito de Santarém avista-se com o secretário de Estado da Estruturação Agrária, em Lisboa, para expor as suas preocupações face à ameaça de despedimento que paira sobre os rendeiros da Herdade dos Gagos, no concelho de Almeirim. É publicada no «Diário da República» a Lei da Radiotelevisão, diploma aprovado pelos deputados pouco antes de ter sido dissolvida a Assembleia da República e que entrará em vigor no próximo dia 23 de Janeiro. Termina em Berlim a 3.ª sessão da Comissão Governamental Mista Portugal-República Democrática Alemã com a assinatura de um acordo de cooperação económica e científica. Na reunião do grupo de Comunicação Social da Comissão Coordenadora de Cooperação luso-cabo-verdiana recomenda-se a promoção de acções tendentes a melhorar o conhecimento recíproco dos povos de Portugal e Cabo Verde.

30 Sexta-feira 1935 - Morre o poeta Fernando Pessoa.

Sai o suplemento do «Diário da República» que contém as três primeiras resoluções do «anti-pacote» aprovado pelo Governo de Maria de Lourdes Pintasilgo. O Primeiro-Ministro Maria de Lourdes Pintasilgo fala ao País perante as câmaras da TV, para classificar a função do V Governo até que um novo governo tome posse e cumprir o imperativo ético de prestar contas ao País. Trabalhadores do Instituto Nacional de Investigações das Pescas (INIP) dão uma conferência de imprensa onde defendem uma política correcta de investigação no sector das pescas e criticam a lei orgânica aprovada para aquele organismo pelo governo de Mota Pinto. A inspecção feita pelo MAP à União das Adegas Cooperativas da Província da Estremadura confirma a existência de irregularidades e actos de má-gestão ali praticados, numa grave situação cuja responsabilidade é do presidente da respectiva direcção, o eng.º Tomaz Correia, também ex-presidente da CAP e actual presidente da Junta Nacional do Vinho (JNV). Uma nota do Ministério das Finanças informa que o número atribuído por legislação recente aos contribuintes deverá ser obrigatoriamente mencionado em todos os actos relacionados com a administração fiscal. O Conselho de Ministros, sob a presidência de Maria de Lourdes Pintasilgo, aprova um projecto de decreto-lei que regulamenta a Carteira Profissional dos Jornalistas. Portugal e a República de Cabo Verde assinam quatro protocolos adicionais aos acordos de cooperação já existentes nos domínios da saúde, militar, correios e assistência consular.

1 Sábado 1868 - Sai o primeiro número do jornal do Porto - O Primeiro de Janeiro.

O Presidente da República, general Ramalho Eanes, faz uma comunicação ao País onde afirma, nomeadamente, que «quaisquer que sejam os resultados das eleições de amanhã, como Presidente da República continuarei obrigado pela missão que os portugueses me atribuíram: cumprir-me defender o regime democrático, cumprir-me defender a Constituição da República, cumprir-me defender as actuais instituições». O Conselho de Ministros aprova o decreto-lei que cria a brigada antiterrorista, denominada oficialmente como Grupo de Operações Especiais, que estará colocado na dependência do Comando-Geral da PSP. Ao chegar a Lisboa, vindo de uma deslocação ao Brasil, o presidente do Conselho de Administração da Setenave afirma que esta empresa poderá vir a construir componentes de navios para a frota mercante brasileira.

2 Domingo 1640 - Chega a Lisboa o duque de Bragança, quando a rebelião contra o domínio castelhano já estava consumada.

Realizam-se, em todo o País, as eleições intercalares para a Assembleia da República. Algumas centenas de emigrantes portugueses reúnem-se em Zurique para protestarem contra o encerramento do consulado que aqui funcionou até ao passado dia 30 de Setembro. Daniel Amaral, presidente do Conselho de Gerência da Empresa Pública Notícias/Capital (EPNC) comunica que o Conselho de Gerência da EPNC demitiu na passada quinta-feira Sousa Tavares do cargo de director de «A Capital», tendo decidido nomear interinamente para aquelas funções o jornalista Fernando Carneiro.

3 Segunda-feira 1961 - Evadem-se do Reduto Norte do Forte de Caxias dirigentes e outros militantes responsáveis do PCP utilizando um automóvel blindado, oferta de Hitler a Salazar, que ali se encontrava.

São conhecidos os resultados das eleições intercalares para a Assembleia da República, cujos aspectos mais relevantes são uma subida espectacular da APU, que recolheu mais de um milhão e cem mil votos, uma quebra acentuada do PS em relação às votações anteriores, uma maioria de votos nas forças de esquerda e a conquista de uma escassa maioria absoluta de mandatos pela Aliança Reaccionária, que beneficiou do sistema de proporcionalidade na atribuição de mandatos. Uma greve de algumas horas do pessoal navegante da TAP - Air Portugal impede todos os voos que a transportadora aérea nacional deveria efectuar nesse período. O Secretariado Nacional do Partido Socialista divulga um comunicado a propósito dos resultados das eleições para a AR onde se afirma, nomeadamente, que «a AD tem legitimidade constitucional para governar mas não tem legitimidade democrática para mudar o regime».

4 Terça-feira 1969 - O governo fascista envia para a Câmara Corporativa, para emissão de parecer, um projecto de proposta de lei alterando a lei do serviço militar, o que viria a permitir que se pudessem mobilizar para comissões militares na guerra colonial oficiais milicianos, do Quadro de Complemento, com mais de 40 anos.

Reúne o Comité Central do PCP, no final do camarada Álvaro Cunhal dá uma conferência de imprensa onde, recordando que a democracia tem mais força que a reacção, sublinharia que o Povo português defenderá o Portugal de Abril. Técnicos Auxiliares Sanitários reúnem-se no Instituto de Saúde Ricardo Jorge para discutirem problemas da classe, nomeadamente no que concerne a salários e ao respectivo estatuto socioprofissional. O Conselho de Ministros decide que o Fundo de Fomento de Habitação (FFH) deve adjudicar os empreendimentos de promoção directa já concursados, totalizando 4100 fogos, que ainda mantenham condições de serem executados.

Agenda

Dia 6, Quinta-feira
DORBL: Azeiro, às 21 e 30, na Escola. Taveiro, às 21 e 30, na Escola Primária. DORS: Laranjeiro, às 21 horas, no Club Recreativo «Os Águias». Feijó, às 21 e 30, na Sociedade Vale Flor. Cova da Piedade, às 21 e 30, no Liberdade Fut. Club. Charneca da Caparica, às 21 e 30, no Club Chamequense. Monte Caparica, às 21 e 30, na Sociedade Recreativa Vale Moreira. Aldeia da Justa (Grândola), às 20 horas, sessão. Grândola, às 20 horas, na Cantina do pessoal. Grândola, às 21 horas, na Casa do Povo. Alhos Vedros, às 21 e 30, no Sporting Vilhense. Pinhal Novo, às 21 e 30, no Grupo Desportivo Rio Frio. Foguetreiro, às 21 e 30, na Comissão de Moradores. Foguetreiro, às 21 e 30 nas Paivas. Deixa-o-Resto, às 21 h, na Casa do Povo. Setúbal, às 21 h, na Escola de Viso. Sines, às 21 h, sessão.

Dia 7, Sexta-feira
DORBL: Couchada, às 21 h, no Club das Patelas. Casal do Lobo, às 21 e 30, na Escola. Antanho, às 21 h, no Salão Paroquial. Casal de S. João, às 21 e 30, sessão. DORSA: Casalinho (Alpiarça), às 20 e 30, baile, no Pátio Raúl Moita. Carregueira, às 20 e 30 nos «Unidos». DORLEI: Pombal, às 22 horas, «Baile Povo Unido e Juventude». Ansião, às 21 e 30, nos Bombeiros, apresentação de candidatos. DORS: Alcochete, às 21 e 30, na Sociedade de 15 de Janeiro. Trafaria (Mortacém), às 21 e 30. Monte da Caparica, às 21 e 30, Académica. Grândola, às 21, no Bairro Tiranias. Penteado (Moita), às 21 e 30, no Sport Club. Alhos Vedros, às 21 e 30, no Cinema. Alhos Vedros, às 21 e 30, no Club Arrotesense. Moita (Chão Novo), às 21 e 30, na Escola Grogga. Alhos Vedros, às 21 e 30, na Cabeça Verde. Balxa da Banheira, às 21 e 30, na Escola n.º 2. Sarilhos Grandes, às 21 e 30, na Associação Municipal União e Trabalho. Pegões-Gare, às 21 e 30, na Sociedade Desportiva. Montijo, às 21 e 30, na Sociedade Recreativa de Arais. Atalala, às 21 e 30, na Sociedade Recreativa. Pocelirão, às 21 e 30, no Grupo Desportivo. Palmela, às 21 h, na Escola Primária do Brejo. Pinhal Novo, às 21 h, na Loja do Marta. Aldeia de Cano, às 20 h, na Escola. Ponção, às 20 h, na Escola. Foros do Corujo, às 20 h, na Escola. Alegria dos Sãos, na Cantina da Escola. Vila Fresca de Azeitão, às 21 e 30, na Sociedade Filarmónica Previdência. Azeitão, às 21 e 30, na Escola. Setúbal, às 21 e 30, no Pavilhão do Parque das Escolas. Setúbal, às 21 e 30, na Escola das Areias.

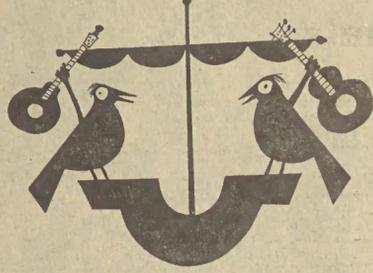
Dia 8, Sábado
DORBL: Marmeleira, sessão na Casa do Povo. Torre Vilela, às 16 h, sessão. Torre de Bela, às 17 h, na Escola. Coseilhas, no Sport Club. Adémia, na Adémia Club Progresso. Cernache, às 17 e 30, na Escola Primária. Ceira, às 21 e 30, no Club de Ceira. DORSA: S. Vicente do Paul, às 21 h, na Casa do Povo, sessão e baile. Frade de Cima (Alpiarça), às 20 e 30, na Escola Primária, projecção de filme, organizado pela JCP. Arraiado (Chamusca), às 16 e 30 sessão. Pinheiro Grande (Chamusca), às 20 e 30, na Sociedade Instrução e Recreio. Semideiro (Chamusca), às 18 h, na Escola Primária. Alpiarça, às 20 e 30, na Casa do Povo. DORS: Feijó, às 21 e 30, na Sociedade Recreativa «Estrela». Trafaria, às 16 h, no Café Verde-Mar. Costa da Caparica, às 16 h, nos Bombeiros Voluntários. Carvalhal, às 20 h, sessão. Balxa da Banheira, às 17 h, no Desportivo Portugal. Sarilhos Pequenos, às 16 h, no 1.º de Maio Sarilhense. Balxa da Banheira, às 21 e 30, na Sociedade «Os Alentejanos». Moita, às 21 e 30 na Cooperativa Vontade do Povo. Alhos Vedros, às 17 h, no Bairro Fr. Pires. Alhos Vedros, às 17 h, na Escola n.º 1, Arrotes-Sul. Canha, às 16 h, na Escola Primária S. João da Craveira. Afonoseiro, às 21 e 30, no Centro Recreativo. Pinhal Novo, às 21 h, no Grupo Desportivo Lagoa da Palha. Marateca, às 21 h, na Escola Primária do Bairro Margaca. Lavradio, às 21 h, na Escola Primária. Foguetreiro, às 16 h, no Club Águias Unidas. S. Francisco, às 20 h, na Casa do Povo. Casas Novas, às 20 h, na Escola. Azinhã, às 20 h, na Escola. Quinta do Conde 3, às 21 e 30, com Ezequiel Lino, presidente da Câmara de Sesimbra. Brejos de Azeitão, às 21 e 30, na Sociedade Instrução Musical. Azeitão, às 21 e 30, na Escola Primária de Aldeia da Piedade. Aldeia Grande, às 21 e 30, na Escola Primária.

Dia 9, Domingo
DORBL: Bairro de Celas, às 21 e 30, no Centro Popular de Trabalho. Santana (Vil de Matos), às 16 h, na Club Desportivo. Almalagués, às 15 h, na Escola Primária. Vendas de Cima, às 17 h, na Escola Primária. Castelo Viegas, no Salão Paroquial. Taveiro, na Filarmónica. DORSA: Vale de Santarém, às 15 h, Festa, sessão, Canto Livre e jantar. Olme, às 20 e 30, na Sociedade Recreativa Olmense. Chouto, às 17 h, no Salão Convívio. Parreira, às 15 h, na Escola Primária. DORL: Lisboa, às 15 h, no Campo Pequeno, comício com Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do nosso Partido. Lisboa, às 21 e 30, no Pavilhão dos Desportos, espectáculo «Lisboa Cidade Abril». DORS: Samouco, às 21 e 30, na Junta de Freguesia. Passil, às 21 h, na Escola Primária. Chegadinho (Cova da Piedade), às 16 h, no Centro Recreativo a Lagoa. Laranjeiro, às 21 e 30, no Centro Instrução e Recreio. Bairro do Fetal, às 21 e 30, na Sociedade Recreativa do Bairro Bela Vista. Feijó, às 21 e 30, no Centro Cultural. Monte da Caparica, às 15 horas. Foute da Telha, às 15 horas. Almada, às 21 e 30, na Academia Almadense. Azinheira de Barrancos, às 21 na Casa do Povo. Canal Caveira, às 20 horas. Moita, às 17 e 30, no Rosariense. Gale (Moita), às 17 h, no Beira-Mar Galeense. Balxa da Banheira, às 16 h, no S. Brejo Faria. Alhos Vedros, às 17 h, no Centro Paroquial Barra Chela. Pegões, às 21 e 30, na Escola Primária do Cruzamento. Lagameças, às 21 h, no Grupo Desportivo. Quinta do Anjo, às 17 e 30, na Sociedade do Bairro Alentejano. Palmela, às 21 h, na Escola Primária de Cajados. Corroios, às 21 e 30, no Centro Recreativo Alto Moimho. Catarrros, às 21 e 30 na Escola. Vale da Eira, às 20 h, na Escola. Casa Nova, às 20 h, na Escola. Santiago, às 20 h, na Casa do Povo. Zambujal (Sesimbra), às 21 e 30, comício no S. Santanense. Azeitão, às 21 e 30, no Club Bolinhense.

Dia 10, Segunda-feira
DORBL: Casa Branca, às 21 e 30, na Associação Recreativa. DORSA: Casalinho (Alpiarça), às 20 e 30, na Escola Primária. DORL: Lisboa, às 21 e 30, no Pavilhão dos Desportos, «Lisboa Cidade Abril». DORS: Pragal, às 21 e 30, na União Pragalense. Trafaria, às 21 e 30 no Sporting da Covina. Monte da Caparica, às 21 e 30, na Sociedade Recreativa Vila Nova. Grândola, às 20 h, na Água Derramada. Grândola, às 20 h, no Bairro Amoreiras. Balxa da Banheira, às 21 e 30, no Club do Chinquinho. Moita, às 21 e 30, na Escola Carvalhinho. Palmela, às 21 e 30, na Sociedade Recreativa da Lagoinha. Marateca, às 21 h, na Sociedade da Lagoa do Calvo. Pinhal Novo, às 21 h, na Escola Primária Carregueira. Cruz de Pau, às 21 e 30, no Centro Recreativo. Torre da Marinha, às 21 e 30, no Independente Futebol Club. Foros do Barão, às 20 h, na Escola. Alvalade-Sado, às 20 h, na Casa de Convívio da Mimosas. Santa Cruz, às 20 h, na Cantina Escolar. Setúbal, às 21 e 30, no Grupo Desportivo da Camarinha. Setúbal, às 21 e 30, na Escola do Casal das Figueiras. Setúbal, às 21 e 30, na Escola das Padeliras.

Dia 11, Terça-feira
DORSA: Frade de Baixo (Alpiarça), às 20 e 30, na Escola. DORS: Grândola, às 20 h, no Bairro do Isaias. Melides, às 20 h, em Sobrelas Altas. Balxa da Banheira, às 21 e 30, no Ginásio Atlético Club. Alhos Vedros, às 21 e 30, no Club Recreativo Familiar. Moita, às 21 e 30, no armazém (Brejos). Alto Estanqueiro, às 21 e 30, no Club Águias Negras. Santo Isidoro de Pegões, às 21 h, na Escola Primária de Foros do Trapo. Palmela, às 21 h, no Grupo Desportivo Aireense. Quinta do Anjo, às 21 h, no Grupo Desportivo Cabanense. Corroios, às 21 e 30, na Casa do Povo. Sonaga, às 20 h, na Colectividade. Faleiros, às 20 h, na Escola. Foros da Aldraba, às 20 h, na Escola. Vale Seco, às 20 h, na Escola. Santo André, às 20 h, no Casão da Aldeia. Aldeia do Meco, às 21 e 30, na Escola. Setúbal, às 21 e 30, no Club «Os Celtas». Faralhão, às 21 e 30, na Escola.

Dia 12, Quarta-feira
DORS: S. Francisco, às 21 e 30, na Sociedade Recreativa. Grândola, às 20 h, no Bairro da Cadóssa. Melides, às 20 h, em Pego. Balxa da Banheira, às 21 e 30, no Club Desportivo Portugal. Alhos Vedros, às 21 e 30, no Cinema. Balxa da Banheira, às 21 e 30, na Escola Primária Polivalente. Canha, às 21 e 30, na Escola Primária de Taipadas. Marateca, às 21 h, na Sociedade Escolar de Fernando Pó. Quinta do Anjo, às 21 h, na Sociedade Instrução Musical. Amora, às 21 e 30, na Sociedade Filarmónica Operária Amorense. Abela, às 20 h, na Casa do Povo. Pouca Sorte, às 20 h, na Escola. Santo André, às 20 h, na Escola da Costa. Alfralm, às 21 e 30, na Escola. Setúbal, às 21 e 30, na Escola do Viso.



LISBOA Cidade Abril

Pavilhão dos Desportos 9 e 10 de Dezembro, às 21 h.

Para a grande batalha da defesa da democracia um grande espectáculo dedicado ao povo de Lisboa Cidade Abril

Adriano Correia de Oliveira • António Cháinho • Beatriz da Conceição • Carlos do Carmo • Deolinda Maria • Grupo Trovante • Henriqueta Maya • Joaquim Campos • José Carlos Ary dos Santos • José Jorge Letria • José Manuel Osório • José Maria Nóbrega • José Viana • Júlia Babo • Professor Martinho da Assunção • Natércia de Aguiar • Orquestra de 14 figuras • Guião de Ary dos Santos, Augusto Sobral e Ruben de Carvalho • Cenografia de Augusto Sobral e Hernâni Martins • Som de Moreno Pinto e José Ribeiro

BILHETES À VENDA

Lembremos Soeiro Pereira Gomes

Lembremos Soeiro Pereira Gomes neste 5 de Dezembro, trinta anos exactos depois da sua morte. Lembremos o camarada «Silva», militante comunista e dirigente do PCP, trabalhador da fábrica de Cimentos Tejo, em Alhandra, um dos estelios locais da greve de 8 e 9 de Maio de 1944. Lembremos o notável romancista, um dos pioneiros do neo-realismo português. Lembremos o homem, a sua luta, a sua obra, não apenas para lhe pôr mais um cravo na sepultura, mas para o olharmos vivo nos seus livros, no seu combate de militante comunista que tantos continuam hoje no seu Partido, o Partido Comunista Português.

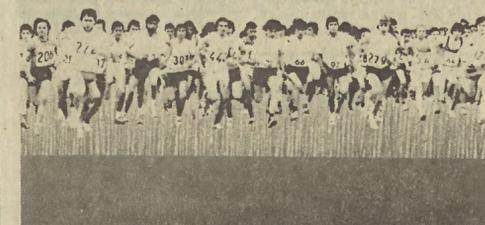


Soeiro Pereira Gomes (em primeiro plano) quando trabalhava nos escritórios da Fábrica de Cimentos Tejo

Hoje aqui, no seu «Avante!», por exigências de espaço, que o combate de militante comunista tanto desejou partilhar, não nos permite alargar à evocação da sua vida de combatente no relevo merecido não queremos deixar de recordá-lo. Noutra ocasião o faremos. Quarenta anos de vida foram poucos para quem deu tanto e tanto prometia dar. Desemprego, trabalho em África, clandestinidade aguentou-os no corpo, moeram-lhe a saúde. Mas sobreram-lhe as forças para a luta contra o fascismo, para a militância comunista, para a realização de uma obra que permanece como parte da sua vida de trabalhador e combatente, como parte da vida dos «homens que nunca foram meninos». Homem inteiro num tempo desumano, deixou-nos em milhares de páginas, a arte, a inteireza, a lucidez, a luta que são base da esperança comunista que floresceu em 25 de Abril com as sementes que o camarada Pereira Gomes ajudou a lançar.

No domingo às 10 horas «Quilómetro Povo Unido» em Lisboa

O cidadão lisboeta que no próximo domingo de manhã passar pela Avenida da República terá uma surpresa. Em vez da monotonia própria dos domingos de Dezembro (sem eleições...), aquela arteira da capital conhecerá o colorido, a vivacidade e o entusiasmo do desporto popular, que o mesmo é dizer o desporto-convívio, o desporto-amizade. A iniciativa pertence à Aliança Povo Unido (APU) e de acordo com o seu regulamento é «aberta a todos os clubes, colectividades, escolas, grupos, centros, comissões, associações, bombeiros, sindicatos, empresas e outras organizações populares, podendo os seus representantes ser amadores ou federados». Nesta prova de atletismo, denominada «Quilómetro Povo Unido», podem participar concorrentes de ambos os sexos, distribuídos pelos seguintes 5 escalões etários: Infantis Masculinos — atletas nascidos em 1967, 68, 69 e 70; Infantis Femininos — 1968, 69 e 70; Iniciados Masculinos — 1966 e 65; Iniciados Femininos — 1967 e 66; Juvenis Masculinos — 1964 e 63; Juvenis Femininos — 1965 e 64; Juniores Masculinos — 1962 e 61; Juniores Femininos — 1963 e 62; Seniores Masculinos — 1960; Seniores Femininos — 1961. Cada equipa poderá participar com o número de atletas que desejar e puder. O início da prova está marcado para as 10 horas, perto do Saldanha (na Avenida da República), terminando no Campo Pequeno, junto à saída do Metro. Serão entregues várias lembranças, nomeadamente diplomas a todos os participantes e medalhas às equipas vencedoras de cada escalão, além do sorteio (pelos números das inscrições) de 20 camisolas contendo o lema: «Desporto. Direito do Povo». Atenção: as inscrições terminam amanhã à meia-noite, no Centro de Trabalho Vitória, na Avenida da Liberdade.



Cultura Física e Desporto Direito do Povo

Tudo sobre o IX congresso Partido Comunista Português À venda

Totais nacionais

	1976	1979 *
INSCRITOS	6.481.352	6.758.447
VOTANTES	5.396.112	5.912.913
BRANCOS	44.480	42.376
NULOS	213.700	126.401
PCP/APU	785.620	1.121.224
PS	1.887.180	1.621.950
AD		2.497.019
PSD	1.296.432	**141.040
CDS	858.783	**23.492
PPM	28.163	
UDP	91.383	127.825
PDC	28.226	65.361
MRPP	36.237	51.644
LCI	16.235	
PRT	5.182	
FSP	41.954	
PCPML	15.801	
AOC	15.671	
MES	31.065	
UEDS		42.200
PSR		36.415
POUS		12.573
OCMLP		3.393

* NÃO INCLUI RESULTADOS DA EMIGRAÇÃO
 ** NÚMEROS RELATIVOS ÀS REGIÕES AUTÓNOMAS, ONDE PPD E CDS LIDARÁM EM SEPARADO

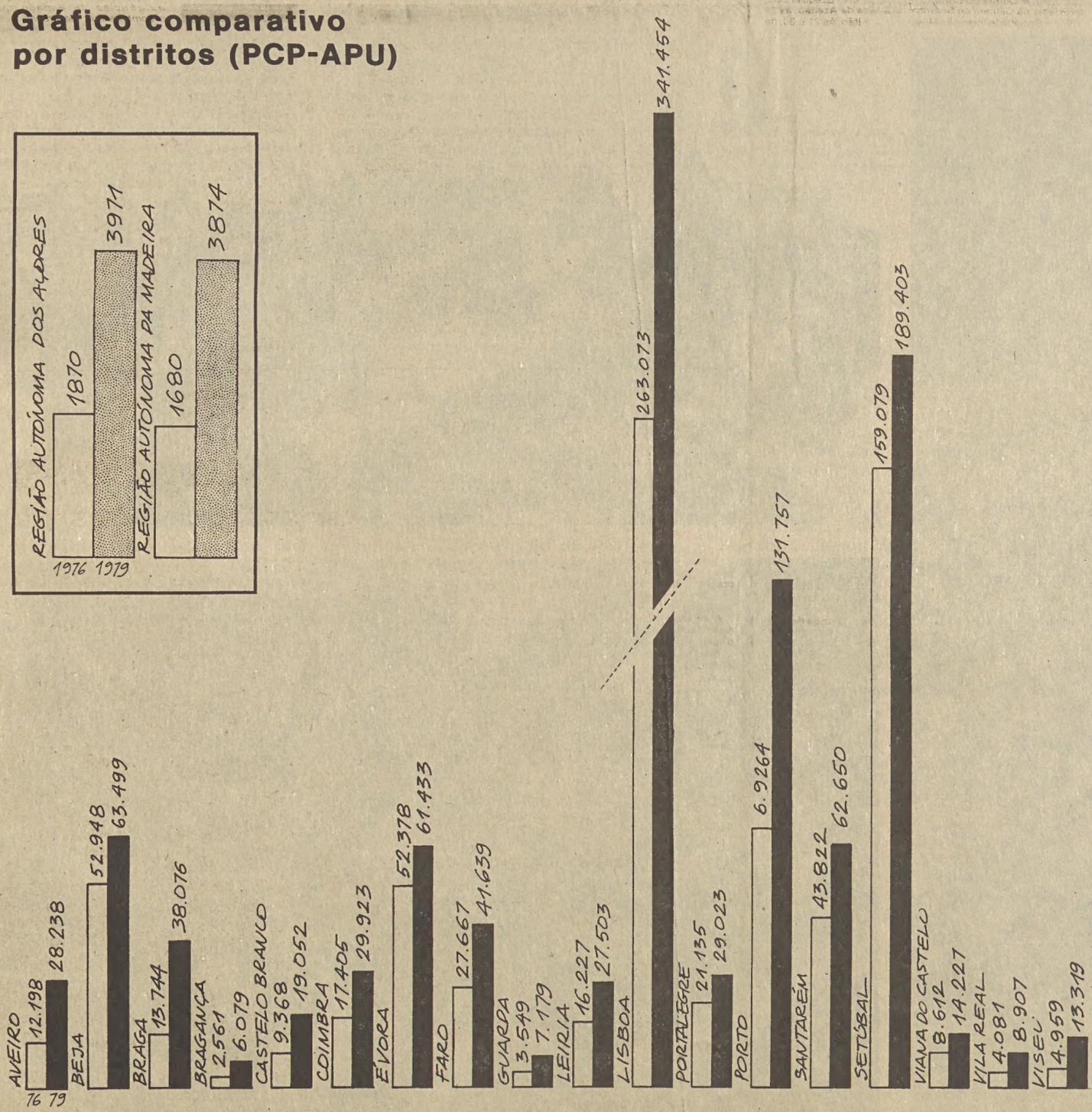
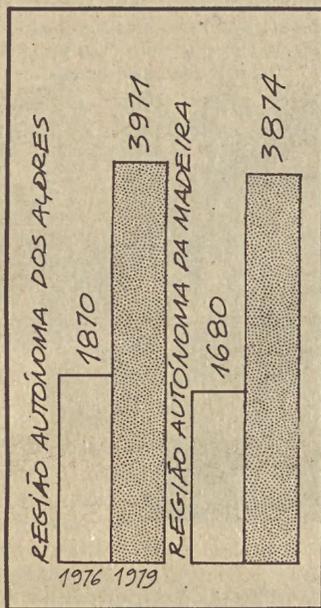
Quadro comparativo por distritos

	PCP/APU		PS		AD				UDP		
	1976	1979	1976	1979	1976				1979	1976	1979
					PPD	CDS	PPM	TOTAL			
AVEIRO	12.198	28.238	100.082	101.550	113.705	72.842	1160	187.707	212.729	2.975	4.147
BEJA	52.948	63.499	38.258	27.503	9916	5.002	742	15.660	23.815	2.670	2.196
BRAGA	13.744	38.076	108.292	114.800	96.737	85.260	2.619	184.616	196.691	3.513	5.414
BRAGANÇA	2.561	6.097	21.512	23.387	31.627	26.960	744	59.331	64.041	765	1.903
CASTELO BRANCO	9.368	19.052	51.829	42.420	32.085	28.175	959	61.219	76.475	1.528	2.705
COIMBRA	17.405	29.923	98.213	94.056	66.117	30.004	1359	97.480	120.026	2.765	3.520
ÉVORA	52.378	61.433	36.876	21.218	12.159	9.713	847	21.719	33.826	3.155	2.076
FARO	27.667	41.639	85.410	69.831	36.905	12.799	966	50.670	71.088	4.933	6.486
GUARDA	3.549	7.179	30.622	35.001	31.263	39.101	1123	71.487	80.751	1.364	1.126
LEIRIA	16.227	27.503	69.224	58.754	69.350	43.212	1.123	114.286	142.556	2.129	3.765
LISBOA	263.073	341.454	460.944	338.072	196.254	158.141	4.927	369.322	521.439	31.145	35.850
PORTALEGRE	21.135	29.023	40.295	29.359	9.679	13.375	480	23.534	31.692	950	1.706
PORTO	69.264	131.757	337.126	316.791	223.181	12.9913	3040	356.134	404.463	12.585	17.162
SANTARÉM	43.822	62.650	104.407	78.971	63.161	37.678	1653	92.492	118.547	4.531	6.272
SETÚBAL	159.079	189.403	115.346	86.086	30.142	15.734	977	46.853	89.918	10.065	16.958
VIANA DO CASTELO	8.612	14.227	33.286	36.056	42.527	30.483	1003	74.011	79.621	1.130	1.295
VILA REAL	4.081	8.907	34.025	36.160	50.593	23.750	1076	75.419	83.974	1.189	2.214
VISEU	4.959	13.319	50.034	51.299	70.152	67.803	2096	140.051	155.377	2.024	3.347
R. A. AÇORES	1.870	3.971	42.726	38.745	62.956	13.532	233	76.721	PSD-67526 CDS-9505		2.253
R. A. MADEIRA	1.680	3.874	28.673	21.891	60.923	15.308	454	76.685	PSD-73514 CDS-13987	1.467	8.430

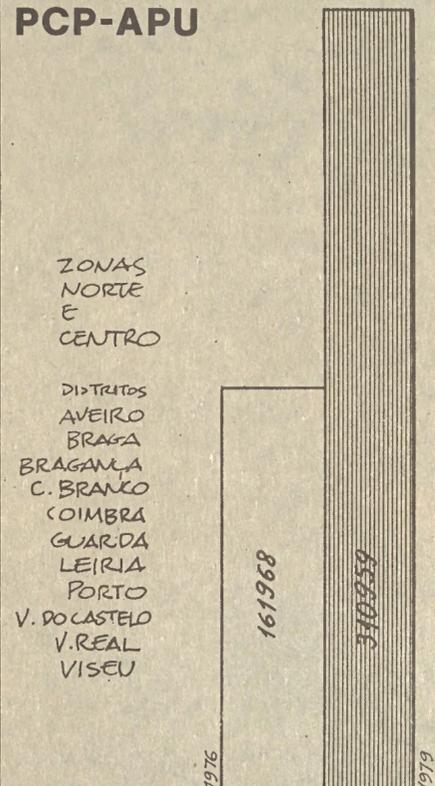
Os quadros e gráficos desta página procuram ilustrar alguns dos resultados mais significativos obtidos na votação de domingo passado, nomeadamente no que se refere às votações da APU com-

paradas com as do PCP em 1976. Deve sublinhar-se que os números são ainda provisórios, faltando ainda, nomeadamente, apurar os resultados relativos aos círculos da Emigração.

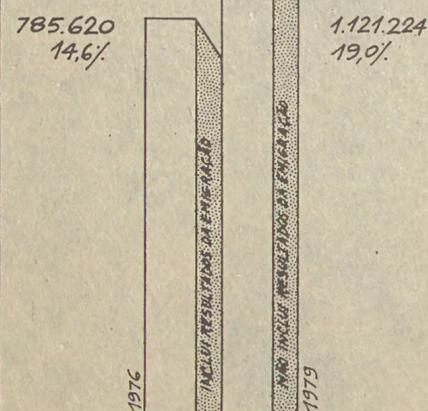
Gráfico comparativo por distritos (PCP-APU)



Evolução da votação PCP-APU



Totais PCP-APU



O POVO PORTUGUÊS SABERÁ DEFENDER

Comunicado do Comité Central do PCP sobre

1 As eleições intercalares para a Assembleia da República realizadas no dia 2 de Dezembro revestiram-se de grande significado na situação política portuguesa e os seus resultados terão sérias consequências no futuro próximo imediato.

Isto por três razões fundamentais e contraditórias.

Em primeiro lugar, porque, estancando a grande ofensiva reaccionária contra as conquistas de Abril que o Governo fascizante Mota Pinto vinha desenvolvendo e inserindo-se numa solução constitucional para a crise governativa, as eleições constituíram pela sua própria realização uma afirmação da vitalidade das instituições democráticas, contra as tentativas reaccionárias para destruí-las.

Em segundo lugar, porque a maioria reaccionária na Assembleia da República e o provável governo da direita resultante das eleições fazem surgir sombrias perspectivas para os trabalhadores e para todo o povo português e criam uma nova situação contraditória, complexa e perigosa para a democracia portuguesa.

Em terceiro lugar, porque a maioria de votos alcançada pelos partidos democráticos e a grande campanha de massas conduzida pelo PCP, a enorme votação na APU e o consequente reforço do Grupo Parlamentar do PCP (além da eleição de candidatos do MDP), confirmam a força poderosa e a determinação democrática do movimento operário e popular e as possibilidades reais de lutar com êxito contra a reacção e em defesa do Portugal de Abril.

2 O grande sucesso do PCP e da APU nas eleições, traduziu-se fundamentalmente nos seguintes factos:

— em relação às eleições para a Assembleia da República de 1976, um aumento global de 335 000 votos (43%) e um total de mais de 1 120 000 votos, correspondendo a 19% dos votantes;

— a eleição de 47 deputados da APU, dos quais 44 do PCP e 3 do MDP, o que representa mais 7 do que os 40 deputados do PCP na anterior Assembleia, mas que (tendo em conta que o total dos deputados da Assembleia passou de 263 para 250) representa efectivamente o aumento de 10 deputados;

— o aumento da votação na APU generalizado a todos os distritos e regiões autónomas;

— o reforço da APU no primeiro lugar em 3 distritos e a sua passagem ao primeiro lugar da votação em numerosos concelhos e freguesias;

— a eleição de deputados APU em distritos onde em 1976 não tinha sido eleito nenhum deputado do PCP, designadamente em Braga e Aveiro;

— a duplicação do número de votos em 11 distritos e Regiões Autónomas, o grande aumento no distrito de Lisboa, e a duplicação do número de deputados no distrito do Porto;

— o aumento de deputados APU em diversos distritos (Faro, Lisboa, Santarém);

— as votações em massa da APU do eleitorado na região da Reforma Agrária, atingindo no total do distrito de Beja e em numerosos concelhos deste e de outros distritos percentagens superiores a 50%, confirmando a determinação dos trabalhadores na defesa da Reforma Agrária;

— as elevadas votações nos grandes centros industriais, confirmando a elevada consciência política da classe operária e seu destacado papel na luta pela democracia.

Os resultados alcançados pela APU nas

eleições constituem um extraordinário êxito, designadamente do Partido Comunista Português.

As votações em massa na APU traduziram o alargamento e aprofundamento da influência do PCP nas massas populares, a dinâmica unitária criada em torno da Aliança Povo Unido e confirmam a justa política do PCP e que o **PCP, com profundas raízes nas classes trabalhadoras, é a força política fundamental e determinante na defesa do Portugal de Abril.**

As votações mostraram que o Partido Comunista Português, com a classe operária e vastas massas trabalhadoras, **cumpriu com honra o seu papel de grande baluarte na defesa do regime democrático.**

O Comité Central saúda e felicita calorosamente todos os portugueses e portuguesas que, com o seu voto esclarecido, contribuíram para o magnífico resultado alcançado. O Comité Central saúda e felicita calorosamente todos os membros e simpatizantes do PCP, os companheiros do MDP/CDE, assim como os trabalhadores e democratas sem partido que actuaram ao lado dos comunistas, pela brilhante campanha eleitoral desenvolvida, pela dedicação, dinamismo, criatividade e confiança que demonstraram e souberam inspirar às massas, e pelo magnífico resultado alcançado.

3 A queda da votação no PS foi muito grande e aparece como uma das causas imediatas da maioria de deputados alcançada pelos partidos reaccionários.

A queda da votação no PS deve-se fundamentalmente ao descrédito da sua política de recuperação capitalista, latifundista e imperia-

lista, a política dos «pacotes», às suas vacilações, hesitações e cedências ante pressões e exigências da reacção interna e do imperialismo estrangeiro, às suas alianças com a direita, ao seu anticomunismo.

O grande desaire eleitoral do PS, que nas eleições para a Assembleia Constituinte chegou a alcançar 38% dos votos e fez do eleitoralismo, linha fundamental da sua actuação política, representa um fracasso das concepções social-democratas nas condições do Portugal democrático saído da Revolução de Abril.

O grande desaire do PS mostrou não ser o PS sozinho, ao contrário do que apregoava, uma sólida barreira contra a reacção.

Os resultados das eleições, designadamente o contraste entre a queda da votação no PS e o grande aumento na votação no PCP e na APU, indicam que a influência popular se ganha fazendo firmemente frente à reacção, e defendendo consequentemente as conquistas de Abril e os interesses dos trabalhadores e das classes e camadas laboriosas.

4 As candidaturas da UEDS e dos grupos esquerdistas tiveram o papel e os resultados que o PCP previu: divisão e enfraquecimento dos votos na esquerda.

Apenas um agrupamento esquerdista conseguiu eleger um deputado. Tal como o PCP prevenira, o voto esquerdista cumpriu a sua função: mais de uma centena de milhar de votos em agrupamentos esquerdistas foram votos inúteis e perdidos. Em diversos casos (em Castelo Branco e outros) alguns votos perdidos nos esquerdistas, se tivessem ido para a APU, teriam tornado possível a eleição de deputados democráticos e teriam evitado a eleição de deputados reaccionários, sendo essa diferença suficiente



ER E DEFENDERÁ O PORTUGAL DE ABRIL

sobre o resultado das eleições intercalares

para impedir globalmente a reacção de obter a maioria parlamentar tangencial que obteve.

Esta nova lição confirmou as apreciações e críticas que o PCP tem feito à actuação dos agrupamentos esquerdistas e ao que realmente significam e representam.

5 A obtenção da maioria de deputados pela Aliança Reaccionária («AD») merece sério exame.

A grande votação resultou em parte da polarização temporária pelos partidos reaccionários dum fracção do descontentamento causado pela política de direita dos últimos governos, em especial do Governo Mota Pinto, mas cujas responsabilidades uma intensa propaganda reaccionária imputou ao 25 de Abril, aos trabalhadores e ao PCP. A Aliança Reaccionária escondeu os seus reais objectivos e conseguiu ludir muitos eleitores de sectores e camadas sociais que, caso a «Aliança» forme governo, serão directa e gravemente lesados pela sua política.

Esta votação resultou também da recuperação pelos partidos reaccionários de votos que, nas eleições anteriores, tinham ido para o PS como «voto útil» contra o movimento operário e contra as conquistas de Abril.

Para essa votação contribuíram ainda:

- a situação antidemocrática existente em numerosas zonas do país;
- as campanhas de calúnias e de mistificação da informação e da opinião pública com larga utilização dos meios de comunicação social estatizados;
- as acções de intimidação e de coacção;
- o arrebanhar de eleitores pelos mais variados meios e processos;
- a ilegítima utilização de formas de pressão económica, material, física, moral e religiosa.

Por tudo isso a grande votação na Aliança Reaccionária tem um carácter precário e não pode considerar-se a expressão genuína da vontade popular.

Deve também sublinhar-se que, apesar de terem alcançado maioria de deputados na Assembleia da República, os partidos reaccionários não conseguiram ter a maioria do eleitorado.

O número daqueles que votaram nas forças democráticas foi superior ao número daqueles que votaram nos partidos reaccionários. A base de apoio social e político das forças democráticas continua a ser mais ampla e mais forte do que a das forças reaccionárias.

6 O CC do PCP sublinha a gravidade do facto de os partidos reaccionários terem conseguido uma maioria parlamentar e podem vir a constituir governo.

A política anunciada pela Aliança Reaccionária não dará estabilidade ao país, mas pelo contrário, desencadeará novos factores de instabilidade política, social e militar e nos próprios órgãos de soberania.

A política anunciada pela Aliança Reaccionária não só não resolverá como agravará todos os problemas nacionais. Defrontará a nova realidade portuguesa criada pelo 25 de Abril e o descontentamento e oposição do povo português. Para executar e impor tal política, um governo reaccionário recorrerá inevitavelmente à repressão.

Por tudo quanto se conhece dos planos, das actividades e da prática política do PPD e do CDS é de esperar que os partidos reaccionários, ao serviço do grande capital e dos agrários, procurará, a partir da Assembleia da República e do Governo, intensificar brutalmente a exploração dos trabalhadores e de classes e camadas médias, destruir as conquistas de Abril (Reforma Agrária, nacionalizações, direitos dos trabalhadores), intensificar os saneamentos de democratas no aparelho do Estado e na Comunicação Social, aprovar uma lei eleitoral antidemocrática que destrua o princípio constitucional da proporcionalidade, instituir o sistema institucional do referendo, alterar inconstitucionalmente a Constituição, destruir o regime democrático, enfeudar Portugal ao imperialismo.

O PCP adverte dos perigos de uma tal política, que, a não ser sustida, poderia conduzir à instauração de uma nova ditadura.

7 A Assembleia da República agora eleita estará apenas a funcionar até às eleições de 1980 e os governos assentes nesta Assembleia terão no total uma vida limitada de cerca de 8/9 meses.

O Comité Central do PCP sublinha a obrigatoriedade para os órgãos de soberania (incluindo a Assembleia da República e os governos) de orientarem toda a sua actividade no quadro da Constituição e das instituições.

A Assembleia da República que acaba de ser eleita não tem poderes de revisão constitucional.

Só a Assembleia da República a eleger em 1980 os poderá ter.

O PCP combaterá firmemente quaisquer tentativas da maioria reaccionária na Assembleia da República legislar contra a Constituição —, o que constituiria um autêntico golpe de Estado.

O uso das liberdades e direitos que a Constituição e as leis democráticas conferem aos partidos políticos, o PCP, na defesa do Portugal de Abril e das suas conquistas, luta e lutará firmemente contra um governo reaccionário.

8 Na situação criada pelos resultados das eleições intercalares para a Assembleia da República, as próximas eleições para as Autarquias no dia 16 adquirem particular significado e importância.

O CC do PCP salienta que é imperioso confirmar nas eleições para as Autarquias o êxito do PCP e da APU nas eleições intercalares para a Assembleia da República.

A dinâmica unitária desenvolvida na campanha das eleições para a Assembleia da República é susceptível de atrair sectores ainda mais vastos da população a apoiar a Aliança Povo Unido nas eleições para as Autarquias.

A APU está em condições de ganhar as eleições para numerosas Câmaras Municipais, Assembleias Municipais e Assembleias de Freguesia. Está também em condições de eleger, pela primeira vez, numerosos democratas para os órgãos autárquicos de muitas freguesias, assembleias municipais e Câmaras, assegurando a defesa dos interesses das populações.

Os êxitos da APU nas eleições para as Autarquias constituirão um factor da mais alta importância para fazer frente às forças reaccionárias.

O CC do PCP apela a todas as organizações e militantes do Partido e a todos os activistas da APU para que empreendam com confiança os seus esforços para que, no dia 16, a APU registre uma nova grande vitória.

9 A grande votação obtida pela Aliança Reaccionária nas eleições intercalares para a Assembleia da República resultou em larga medida do facto de concorrerem coligados os

partidos reaccionários em contraste com a divisão existente entre os partidos democráticos.

Os resultados das eleições e o acrescido perigo reaccionário que delas resultou confirmam a imperiosa necessidade de reforçar a unidade dos trabalhadores, a aliança da classe operária com o campesinato e as classes e camadas médias, bem como a aproximação, o entendimento, a cooperação e a acção comum de todos os democratas e patriotas, especialmente comunistas e socialistas.

No mesmo momento em que o CC do PCP apela às organizações e militantes para levarem por diante a nova campanha eleitoral da APU com vistas ao reforço das posições do PCP e da APU nos órgãos do poder local, o CC considera urgente a multiplicação de iniciativas com vistas à aproximação, entendimento e unidade dos democratas e patriotas.

O CC mandata a Comissão Política para diligenciar e propor encontros a forças e sectores democráticos, assim como a democratas independentes, a fim de examinarem as possibilidades de acção comum para fazer frente às forças reaccionárias nas condições criadas pelos resultados das eleições para a Assembleia da República. Neste quadro, o CC mandata a Comissão Política para propor no imediato um encontro de delegações do PCP e do PS.

O CC chama a atenção das organizações do Partido para que (conformemente à orientação geral do Partido e tendo em conta a situação actual) multipliquem as iniciativas a fim de aprofundar ou estabelecer contactos com outras forças e sectores democráticos (MDP, PS e outros democratas) com vistas a examinar as possibilidades de acção comum no âmbito da actividade respectiva.

Os trabalhadores, os democratas e todo o povo português não se deixarão intimidar pelos planos e ameaças reaccionárias e defenderão firmemente as liberdades, as outras conquistas da Revolução, o regime consagrado na Constituição.

Os resultados das eleições não alteram o facto de que a maioria dos votos e do Povo está com Portugal de Abril e de que a Democracia tem mais força do que a reacção.

O povo português saberá defender e defenderá o Portugal de Abril.

Lisboa, 4 de Dezembro de 1979

O COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUES

Apelo do Comité Central do PCP

Eleições locais: uma grande e urgente batalha em defesa da democracia e pelos interesses das populações

As próximas eleições para as autarquias locais, a realizar em 16 de Dezembro, ganham — na sequência dos resultados das eleições para a Assembleia da República — uma enorme importância política e apresentam-se como uma grande e urgente batalha em defesa da democracia e dos interesses das populações.

A maioria parlamentar obtida pelas forças reaccionárias (apesar de as forças democráticas terem confirmado, mais uma vez, representarem a maioria do eleitorado) cria uma grave situação que exige uma activa e decidida participação de todos os democratas e uma ainda mais forte intervenção popular na vida nacional em defesa da democracia.

As eleições para as Autarquias são já a primeira grande batalha que urge vencer no quadro do esforço democrático e popular para preparar e impulsionar o próximo restabelecimento no plano parlamentar da maioria democrática existente no país real.

O Comité Central do PCP sublinha ser tarefa imperiosa dos comunistas, dos trabalhadores e democratas, de todos os cidadãos empenhados na defesa das liberdades, conseguir que os resultados das eleições para as autarquias exprimam uma ampliação das posições da APU nos órgãos de poder local, órgãos essenciais para

a defesa diária dos interesses das populações, do regime democrático e do 25 de Abril.

O massivo reforço da votação na APU (expresso num aumento de 43% e em mais de 1 120 000 votos nas eleições para a Assembleia da República) confirmou a crescente influência e prestígio do PCP e de outros democratas consequentes e um expressivo alargamento do apoio popular a uma política democrática correspondente aos ideais do 25 de Abril, às aspirações populares e aos interesses nacionais.

O êxito eleitoral da APU é, no campo democrático, o facto político mais relevante que emerge das eleições e surge na situação actual como um forte motivo de confiança e esperança de que Portugal democrático vencerá a ofensiva da reacção e prosseguirá no caminho de Abril.

A todos os portugueses que votaram APU nas anteriores eleições e agora a muitos outros mais, coloca-se a necessidade de nas eleições locais reforçar com novo voto na APU o seu empenhamento na defesa firme e consequente de Abril e da democracia.

Votar na APU, nas presentes condições, apresenta-se também como o voto mais seguro e consciente a todos os portugueses

que, tendo dispersado o seu voto em pequenos grupos democráticos ou esquerdistas ou mesmo tendo votado na «AD», ganham agora consciência da gravidade da situação e da imperiosa necessidade de defender a estabilidade do regime democrático, barrando o caminho às forças e planos da reacção, que vai procurar destruir as liberdades e a democracia, no seguimento das posições conquistadas na Assembleia da República.

O Comité Central do PCP salienta que o prosseguimento com dinamismo, entusiasmo e confiança da grande campanha de massas desenvolvidas pela APU nas anteriores eleições, agora com vista às eleições locais, é uma condição essencial para que no plano local se reforce a votação democrática e para que tal resultado se converta, no plano nacional, num factor de contenção e firme oposição aos planos, projectos e medidas golpistas e subversivas da direita contra o regime democrático.

O Comité Central do PCP reafirma que votar e eleger elementos do Povo Unido é a opção mais certa e segura para garantir a presença nos órgãos autárquicos de representantes fiéis aos interesses das populações, de lutadores firmes pela solução dos problemas locais, de defensores

intransigentes da participação popular, de opositores consequentes aos compadrios, à corrupção e ilegalidades praticadas pela direita de homens e mulheres activamente empenhados no progresso e desenvolvimento das cidades, vilas e aldeias de Portugal!

O Comité Central do PCP apela a todos os militantes, simpatizantes e amigos do PCP, a todos os democratas integrados na APU, a todos os homens, mulheres e jovens de sentimentos democráticos para o arranque audacioso e imediato da campanha eleitoral da APU para as autarquias, para o lançamento de milhares de iniciativas de apresentação de candidatos, de divulgação dos respectivos programas, de contactos com a população, de mobilização e estímulo para fazer frente à direita, conquistando novas Câmaras, Assembleias Municipais e Assembleias de Freguesia para a APU, numa contribuição eficaz para a solução dos problemas locais e numa importante contribuição para a defesa das liberdades e da democracia.

Lisboa, 4 de Dezembro de 1979

O Comité Central do Partido Comunista Português

Grande avanço no Norte

• APU vence em várias freguesias

A eleição de 6 deputados no distrito do Porto, de um deputado no de Braga e aumentos para o dobro nas votações dos distritos de Viana do Castelo, Vila Real e Bragança, constituem índices que atestam consideráveis avanços do Partido Comunista Português no Norte do país, onde a APU obteve um aumento de 102402 sufrágios, relativamente à votação do Partido nas eleições legislativas de 1976.

Observando os resultados alcançados no último domingo, verifica-se que no distrito do Porto a votação aumentou de 69264 votos, em 76, para 131757; no de Braga passou de 13744 para 38076; no de Viana do Castelo, de 8612 para 14227; no de Vila Real subiu de 4081 para 8907; no de Bragança, de 2561 para 6097. A APU foi a força que mais avançou e a única que não registou diminuições, em relação às eleições de Abril de 76.

Seis deputados eleitos no Porto

Em primeiro lugar, verifica-se que as previsões avançadas pelos dirigentes do Partido nas inúmeras realizações da entusiástica campanha eleitoral se confirmaram em absoluto. O objectivo de duplicar ali o número de deputados foi totalmente alcançado. Ainda os resultados finais não eram conhecidos, às 2 horas da madrugada de segunda-feira, o camarada Ângelo Veloso, membro suplente da Comissão Política do CC, assegurava aos jornalistas presentes na Câmara Municipal do Porto que "a APU vai ter uma subida acentuada".

Entretanto, a poucos quilómetros do Porto, a população de S. Pedro da Cova manifestava o seu regozijo pela vitória do Povo Unido na localidade do concelho de Gondomar. Ali, como em Afife, no distrito de Viana; em Pinheiro Novo, concelho de Vinhais, a APU registou grandes avanços e alcançou a primeira posição.

No mais importante concelho do Norte, o do Porto, a Aliança Povo Unido alcançou 33245 (17,8%). Em 1976, o PCP teve 25418 votos (12%). De salientar também a subida da APU em todas as freguesias, nomeadamente: de 4637 (15,8%) para 7346 (23,9%), em Campanhã, de 2457 (11,8%) para 4031 (17,5%) em Ramalde; de 2704 (10,8) para 4029 (15,2%), em Codóeita; de 3402 (12,3%) para 4877 (17,1%), no Bonfim; de 848 (11,7%) para 1441 (18,4%), em Aldoar; de 1584 (11%) para 2331 (15,4%), em Santo Ildefonso; de 3963 (11,7%) para 6274 (17,1%), em Paranhos.

Há também subidas muito importantes nos concelhos do Grande Porto, designadamente de 11297 (8,9%) para 20929 (15,4%), no de Vila Nova de Gaia; de 8610 (12%) para 16183 (21,3%), no de Gondomar; de 6874 (9,1%) para 13236 (16%), em Matosinhos; de 3616 (6,75%) para 7210 (15,7%), no de Maia; de 2360 (7,9%) para 5335 (15,2%), no de Valongo.

Duplicação e até triplicação da votação Povo Unido nos concelhos do interior do distrito foram uma constante registada no passado domingo, o que revela a crescente implantação do Partido junto das massas trabalhadoras, dos pequenos e médios camponeses, comerciantes e industriais. Por exemplo, no concelho de Santo Tirso, a APU subiu de 2037 (4,2%) para 5948 (10,9%); no de Penafiel, de 1002 (3,7%) para 3312 (9,9%); no de Paços de Ferreira, de 815 (4,5%) para 2058 (5,7%).

Os números finais do escrutínio aí estão para confirmar a função desempenhada pelos grupos esquerdistas e divisionistas tirar votos às forças democráticas e votos à direita. No distrito do Porto, foram votos perdidos os cerca de 25 mil recolhidos pela UDP, UEDS e PSR. Esta situação não pode repetir-se no próximo dia 16. De nada valerão, de facto, os sufrágios registados por aquelas formações. Irão a UEDS e a UDP manter a sua candidatura por exemplo para a Câmara Municipal do Porto? Quererão dar mais um vereador à AD?

Votos Povo Unido triplicam em Braga

O nono deputado a ser eleito pelo círculo de Braga foi o camarada Vítor Sá. O décimo quinto não foi o camarada António Lopes, membro do CC e responsável da DORM, porque a UDP, a UEDS e o PSR quiseram dividir e dar força à direita. Os seus 10584 votos chegaram e sobravam para a APU meter o seu segundo deputado.

Assim quem lucrou foi a Aliança reaccionária, que "elegeu" Fernando Roziz com 21858 sufrágios enquanto que a APU tinha 19038 votos para o seu segundo candidato. Fruto de um gigantesco trabalho de esclarecimento e de mobilização, em condições particularmente adversas, o sucesso do Povo Unido mostra uma crescente influência do Partido junto dos trabalhadores dos camponeses, da juventude e de outras camadas classes interessadas na defesa do regime democrático. Houve subidas em todos os concelhos do distrito, com particular relevo para os mais industrializados.

No concelho de Braga, o Povo

Unido passou de 3642 votos em 1976, para 10059; no de Guimarães, de 3855 para 11397 (14,6%); no de Famalicão, de 2274 para 6020; no de Barcelos, de 1352 para 3943 votos. Além da vitória em Gandarela, concelho de Guimarães, a APU subiu em todas as freguesias do distrito, o que não se verificou com as outras forças. A aliança reaccionária desceu em Cabeceiras de Basto (por andar aos tiros às crianças e não só) assim como em muitas outras localidades.

Aumentos em Viana-Bragança e Vila Real

No distrito de Viana do Castelo, também a APU aumentou zonas para o dobro a sua votação. Aqui pode dizer-se que a UEDS, a UDP e o PSR, ao concorrerem impediram a eleição do camarada Aveleiro Gonçalves, para o que seriam necessários 18028 sufrágios, ao alcance da APU se somarmos os 14227 votos da APU aos 3917 obtidos por aqueles três agrupamentos.

Em Vila Real, a APU aumentou 100 por cento a sua votação ao subir de 4081 (3,1%) para 8907 (6,1%), com sucessos importantes em muitas localidades. Em função das cifras alcançadas a eleição de um vereador para a Câmara Municipal na sede do distrito está ao alcance do Povo Unido. Houve aumentos grandes nas zonas urbanas (Vila Real, Chaves e Régua), assim como nos concelhos de Mesão Frio, Mondim de Basto e Murça.

Foi superior a 300 por cento a percentagem de aumento registada no distrito de Bragança, onde a votação cresceu de 2561 votos para 6097. São de assinalar a vitória conseguida em Pinheiro Novo, Vinhais — com aumento neste concelho —, em Bragança e em Moncorvo.

Voto na APU

voto na Reforma Agrária

Subida significativa de votação na APU em todos os distritos abrangidos pela Reforma Agrária, eis um resultado das eleições que não constituiu surpresa. Esta subida foi, afinal, a expressão da luta desenvolvida pelos trabalhadores rurais pela Reforma Agrária, pela consolidação da democracia, por uma agricultura sem fome de terra e de créditos, por uma vida melhor nos campos.

Expressão que no distrito de Beja deu à APU a maioria absoluta, maioria alcançada em todos os concelhos, exceptuando o de Almodôvar; deu vitória da APU em todos os concelhos do distrito de Évora, e em Portalegre, permitiu a vitória nos concelhos de Avis, Ponte de Sôr, Campo Maior e Monforte assim como em todos os concelhos de Setúbal e em alguns de Santarém.

Nos concelhos dos distritos de Castelo Branco e de Lisboa igualmente compreendidos na área de intervenção da Reforma Agrária, também a APU registou um aumento de votação verdadeiramente espectacular, nomeadamente no que se refere a Castelo Branco, onde por pouco não foi eleito um deputado pelo Aliança Povo Unido.

Estes resultados significam que a voz dos trabalhadores alentejanos, as vozes de defesa da Reforma Agrária, vozes da terra e da luta vão crescer mais na nova Assembleia da República: aumentaram os deputados que representam a zona da Reforma Agrária, aumentaram os deputados que, independentemente de serem ou não do Alentejo, do

popular, o seu significado é quase abaixo de zero, a sua influência praticamente nula. Nos esquerdistas, de uma maneira geral votaram jovens — muitos dos quais movidos não por uma identificação ideológica real com o esquerdismo, mas sim levados pela sua própria imaturidade e impaciência. Mal é que estes grupos se comprazem em não aprender com as sucessivas lições que o eleitorado lhes vem dando e continuam — alguns inconscientemente — a favorecer a direita pela dispersão de votos.

Dir-se-á, no entanto, que alguns desses grupos subiram a votação no Alentejo. E poderão surgir dúvidas: será que entre os trabalhadores, o esquerdismo, essa doença infantil, ganha terreno? Se a resposta fosse afirmativa, outros acontecimentos, que não esperaríamos pelo período eleitoral, a teriam já revelado. E pelo contrário, os acontecimentos, a própria luta em defesa da Reforma Agrária prova que o esquerdismo é erva daninha que não vinga em terras alentejanas. A questão é que ainda em muitos lugares, para muitos velhos trabalhadores, analfabetos, a foice e o martelo é o símbolo dos comunistas, do seu partido, o PCP, e só dele.

Este um factor que contribuiu para a pequena subida desses grupos no Alentejo: mais uma vez à custa da falta de esclarecimento do eleitorado e do seu

profundo apego ao símbolo do PCP, que conhecem desde os mais árduos tempos da resistência antifascista, os esquerdistas arrecadaram votos que nem de perto nem de longe lhes pertencem.

Quanto à subida da AD, em terras da área da intervenção, se corresponde em parte à deslocação para a direita do eleitorado que em 1976 era pelo PS, corresponde igualmente a um grande esforço de mobilização dos latifundiários e agrários, ilhotas perdidas da reacção em terras de trabalho. E é importante não esquecer, algum deste eleitorado que votou AD, não pertence de facto, nem por direito nem por natureza, à direita e ao fascismo. Já o afirmámos. Voltamos a insistir: muitos extractos da pequena burguesia — nomeadamente pequenos e médios agricultores e comerciantes — em terras da Reforma Agrária votaram na AD, levados por uma desilusão na vida fácil que o PS lhes garantiu e lhes tornou mais longínqua ainda, e não por identificação ideológica com o fascismo, com a repressão e a miséria.

Os resultados das eleições em zona da Reforma Agrária não surpreenderam de facto. Há agora que trabalhar para que nunca, nunca surpreendam, para que sejam sempre e cada vez mais o voto do povo no Povo Unido, no PCP. Ainda mais nestas eleições para as autarquias que estão à porta.

Açores Mais do dobro de votos na APU

resultado da batalha de esclarecimento

Nos Açores, a votação da Aliança Povo Unido para a Assembleia da República duplicou em relação aos resultados dos comunistas para o mesmo órgão de soberania obtidos em 1976. Esta relação demonstra, por um lado, o corajoso esforço dos militantes comunistas e dos seus amigos no sentido de esclarecimento das populações; demonstra ainda que o povo dos Açores, apesar do clima de opressão que o PPD, instalado no Governo Regional, mantém neste arquipélago, vai, lenta mas seguramente, extraindo da experiência de um dia-a-dia difícil, as lições para o futuro. E que teve a oportunidade de mostrar agora o sentido do progresso e da liberdade em que o seu voto se desloca.

Como foi possível trabalhar para o esclarecimento, como foi possível obter resultados positivos dessa acção, numa situação de restrição das liberdades democráticas, que é a que se vive nos Açores?

O voto contra o separatismo

O separatismo está instalado na própria sede do Governo Regional. E em mais nenhum lado, a não ser nas casas ricas de certa burguesia que, para não perder os seus privilégios, não hesitará em preferir a dependência dos Estados Unidos — ou mesmo da Europa capitalista — a uma autonomia justa que permita melhor integração das populações das ilhas ao nível de vida — económico, social e cultural — que se vive no continente. As manifestações agressivas dos grupelhos da FLA e outros, permitidas e fomentadas pelo PPD, são o sinal menos significativo de uma tentação separatista real encarnada por Mota Amaral e por outros dirigentes da reacção açoriana.

Agressões e arruaças que pontuaram a campanha eleitoral nos Açores e de que tacticamente Mota Amaral se distanciou, utilizando-as

mesmo como propaganda e promoção da sua figura que tentou mascarar de democrática, vão encontrando cada vez menos campo de manobra.

Quem são os arruaceiros que tentaram boicotar as sessões da APU, na Terceira e em São Miguel? Garotos das famílias ricas, marginais pagos. Uma centena de arruaceiros podem impedir um comício em Angra, podem tentá-lo sem o alcançar em Ponta Delgada. Decerto desmobilizam muitos democratas receosos das consequências da violência que pode rebentar. Mas não conseguem demover os comunistas e os seus aliados da APU nem enfraquecer a sua coragem e serenidade.

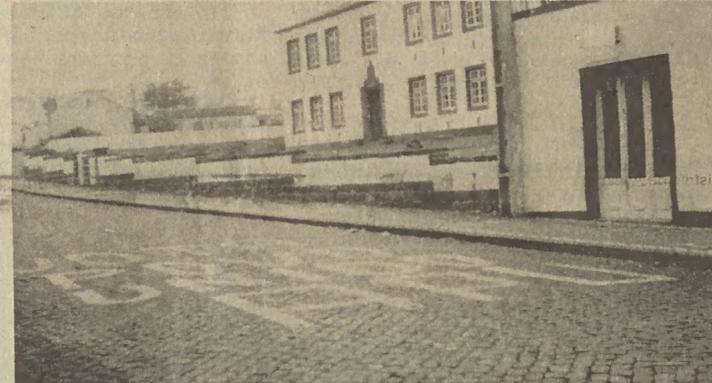
Por outro lado a capacidade destes grupelhos não vai longe e não alcança as freguesias mais distantes dos grandes centros urbanos. Pudemos, aliás, assistir a algumas sessões de esclarecimento, nomeadamente na Terceira e reconhecer o interesse que

envolveu estas iniciativas da APU.

Em São Mateus, por exemplo, freguesia de Angra, terra de pescadores, cerca de uma centena de pessoas estiveram presentes na sessão em que participou o camarada Jaime Serra, da Comissão Política do CC do Povo Unido e candidato da APU, hoje eleito pelo círculo de Setúbal. Ainda na Terceira, assistimos a uma outra sessão, em Porto Judeu, onde a maioria da assistência era constituída por jovens trabalhadores que debateram as suas dificuldades. Em Santa Maria, numa volta à ilha, demos conta do activo trabalho de propaganda — colagens e pichagens — que os militantes da APU desenvolveram e do respeito que mereceu à população tanto os cartazes como as pinturas do Povo Unido.

O voto pelas liberdades

A questão das liberdades viria a ocupar parte substancial da sessão em que participou



Apesar das condições difíceis em que se desenrolou a campanha eleitoral para a AR, do clima geral de ausência de liberdades nos Açores, os activistas da APU não descansaram. Na foto podem ver-se as pichagens e os cartazes que, em Santa Maria, encheram a ilha

Jaime Serra. E tomou-se nítida a vontade de romper com as pressões e a falta de liberdade geral naquela Região Autónoma. Dirigindo-se à mesa, uma mulher chegou mesmo a afirmar: "O que eu vos queria dizer é que é preciso que as pessoas não tenham medo desses arruaceiros, sejam eles da FLA ou do PPD, que é a mesma coisa!"

Mas há muita maneira de coartar as liberdades, nomeadamente a liberdade de voto. Nos Açores, onde todos os maiores jornais se encontram nas mãos do PPD, isto é, nas mãos do Governo Regional, a campanha foi toda ela virada contra a esquerda.

Nas suas páginas era questão de excomunhão para os que votassem nos "partidos marxistas" e a batalha contra a abstenção, no receio de que esta viesse favorecer os partidos e formações democráticas, atingiu o cómico-trágico. Um jornal apresentava-se durante a campanha com rodapés esclarecedores. Por exemplo: "A abstenção é uma facada na democracia!"

Entretanto, muitos sacerdotes usam o púlpito como tribuna de comício. A "excomunhão" para todos os que votarem na esquerda é ameaça dominical, quando não diária. Um chamado "movimento cristão pró-voto"

distribui papelada à saída das igrejas e pelas casas: "Diz não ao ateísmo marxista, diz não ao materialismo desumano!"

A campanha da direita é ainda auxiliada na rádio por um novo programa que segue de Lisboa, já gravado. Trata-se do programa da chamada Radiotelevisão Independente — RTI — que compra o tempo de antena por exemplo ao Rádio Clube de Angra e ao Clube Asas do Atlântico. Programa vincadamente de direita, onde abundam os ataques ao Conselho da Revolução e a propaganda à aliança reaccionária, com o Tomás Rosa à cabeça e a cumplicidade dos homens que



Na foto podem ver-se as pichagens e os cartazes que, em Santa Maria, encheram a ilha

dirigem aquelas duas estações açorianas, a RTI procura intervir, e tem-no conseguido, na batalha eleitoral, alinhando no obscurantismo.

Isolado não apenas nas suas ilhas pelas dificuldades de transportes, como mesmo em cada uma delas, pela falta de órgãos de comunicação esclarecedores e democráticos, o povo que vive nos Açores não tem ainda acesso a uma informação ampla. Lutando, porém, contra este estado de coisas, são cada vez mais os democratas — entre os quais se contam alguns sacerdotes católicos — que recusam utilizar os sentimentos religiosos do povo para a propaganda política

e afirmam-no em documentos assinados, contrastando com o anonimato de folhetos reaccionários. Comunistas, lado a lado com democratas independentes que activamente participam na Aliança Povo Unido, desdobraram-se, durante a campanha, numa grande batalha de esclarecimento. Que deu os seus frutos. As esperanças que encontramos junto dos camaradas e amigos dos Açores irão também concretizar-se nas próximas eleições. A voz do Povo Unido continuará a fazer-se ouvir, cada vez mais forte.

(Do nosso enviado especial, Filipe Leandro Martins)



Promessas que se transformaram em realidades

A grandiosa manifestação realizada no Porto durante a campanha eleitoral para as eleições intercalares «prometia» uma espectacular votação na APU naquele distrito — e a «promessa» foi cumprida: em relação a 1976, o número de votos duplicou, passando de 69 mil para mais de 120 mil! «O povo do Sobral vota Povo Unido para defender Abril»

— outra «promessa», esta expressa num pano presente na manifestação do dia 11 de Novembro em Lisboa, e que foi igualmente cumprida! E agora, no Sobral como na Amadora e Loures e em muitas outras regiões do país, existem todas as condições para conquistar para a APU novas Câmaras e Assembleias Municipais e Assembleias de Freguesia.

Deputados comunistas em Aveiro e Braga

Pela primeira vez foram eleitos deputados comunistas nos círculos de *Braga e Aveiro*, distritos onde ainda imperam as manobras do caciquismo, contra o qual se vai erguendo um número crescente de trabalhadores, operários do campo e dos centros urbanos, homens, mulheres e jovens que já não se deixam iludir pela reacção.

Reflexo do desenvolvimento da organização e da implantação do Partido e da entusiástica aderência do povo trabalhador à dinâmica unitária da APU, os números alcançados naqueles dois distritos apontam a nova realidade que, a pouco e pouco, construída no dia-a-dia da luta dos trabalhadores, contra a exploração e o caciquismo, vai surgindo nas regiões do Norte e Centro do país, onde a direita tentou ditar as suas leis e a sua «ordem» — a do anticomunismo mais primário.

Comparando com 1976, a APU quase triplicou a votação em Braga e em Aveiro o avanço foi mais do dobro — força provada do reforço e alargamento nacional da implantação do PCP.

Registámos para o «Avante!» breves depoimentos dos candidatos eleitos por aqueles distritos, camaradas Vital Moreira e Vítor de Sá.

Vital Moreira:

«Novas perspectivas para as forças democráticas do distrito de Aveiro»

No distrito de Aveiro há três factos a assinalar:

1 — a espectacular subida da APU em relação aos resultados do PCP em 1976: a APU teve agora 28232 votos contra 12198 em 1976, o que significa uma subida de 131 por cento, representando agora 7,9 por cento dos votos no distrito contra 3,8 por cento em 1976;

2 — a eleição pela primeira vez de um deputado comunista pelo distrito;

3 — a descida da «aliança de direita» que diminuiu em percentagem de votos e perdeu um deputado. Aveiro é mesmo o único distrito em que a direita perdeu um deputado para a esquerda já que o PS manteve os seus cinco deputados.

Estes resultados eleitorais exprimem por um lado o aumento da implantação do PCP no seio das classes trabalhadoras do distrito de Aveiro, acompanhado do descrédito do PS devido à sua política de direita, mas também por outro lado a incapacidade da direita em continuar a manter o seu domínio

baseado no obscurantismo, na opressão caciqueira, no anticomunismo primário. A direita desceu apesar do recurso a formas indignas de propaganda eleitoral, do boicote violento de sessões da APU (como em Fermentelos), do apoio explícito de uma parte do clero (muitas missas foram transformadas em comícios pró-AD e anti-APU), do arrebanhamento de eleitores no dia das eleições. Isso apenas contribuiu para evitar maior descida. Do aumento da votação na APU é feito não só de antigos eleitores do PS desiludidos mas também de antigos eleitores da direita, que viram na AD a expressão política do grande patronato, do grande capital e dos grandes intermediários e um projecto antidemocrático e anticonstitucional.

Para o êxito da APU no distrito de Aveiro não deixou de contribuir também a ênfase posta nos problemas específicos do distrito (através de um manifesto eleitoral distrital) e a própria composição da lista, constituída, além de

candidatos do PCP e do MDP, por democratas independentes, todos eles intimamente ligados à vida do distrito. A nossa consigna eleitoral — «Levar à AR uma nova voz democrática pelo distrito de Aveiro» — encontrou uma notável adesão. A partir de agora também Aveiro terá uma voz comunista na Assembleia da República.

Enfim, o sucesso da APU no distrito de Aveiro foi feito do reforço da organização do PCP, do esforço e dedicação de candidatos, quadros e militantes (sem esquecer a contribuição do MDP/CDE), do entusiasmo e da confiança de milhares de trabalhadores e democratas numa campanha eleitoral viva mas serena, confiante mas empenhada, que foi ao encontro dos trabalhadores nos seus locais de trabalho e que respondeu aos anseios e aspirações de viragem democrática e de resolução dos seus problemas.

Com esta vitória, abrem-se novas perspectivas para as forças democráticas — e em particular para o PCP — no distrito de Aveiro.

Vítor Sá:

«A correspondência de grande ganho da APU no distrito de Braga»

O significado da minha eleição parece-me muito claro — disse-nos **Vítor Sá, candidato eleito pela APU no distrito de Braga** —, é a correspondência modesta de um grande ganho do Povo Unido no distrito de Braga. Com 40 000 votos a APU teria metido não um, mas dois deputados comunistas por este círculo eleitoral. Ora tivemos mais de 38 000 votos.

Bastava, pois, que a UEDS não tivesse captado os seus dois mil e tal votos, e a vitória teria correspondido com mais fidelidade ao aumento espectacular da APU.

Mesmo assim — **proseguiu** — é ainda significativo que nos concelhos de Braga, Guimarães e Fafe a APU e o PS tenham alcançado uma maioria de esquerda. Isto é, o povo trabalhador, que se orgulha das tradições históricas desta região, virou decididamente em busca de um futuro de segurança social, de melhoria de condições de vida, e de confiança numa nova sociedade sem as desigualdades sociais e económicas que caracterizam a caduca sociedade capitalista em que o homem é o lobo do homem.

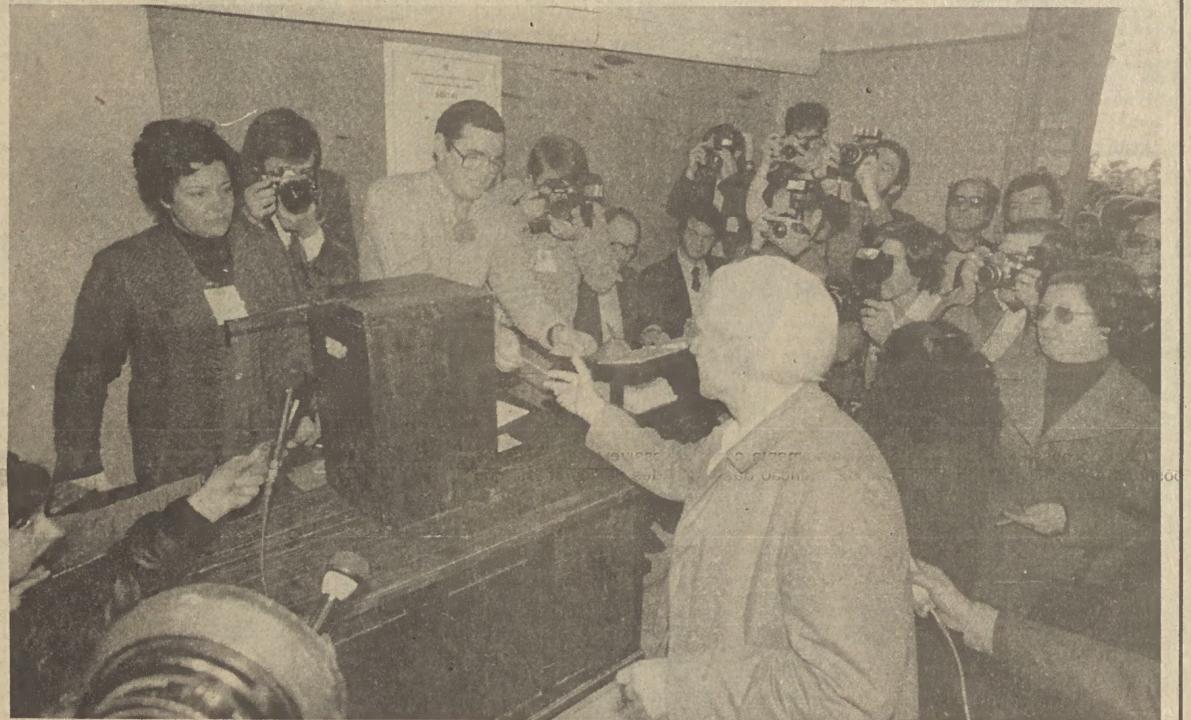
O povo trabalhador desta

região — **acrescentou ainda o camarada Vítor Sá** — é um grande povo, que alia a carga histórica das suas tradições à lúcida aspiração de uma vida digna de ser vivida. E que, fiel aos princípios da democracia, da liberdade e da fraternidade, sabe organizar-se e mobilizar-se para tomar realidade a sua aspiração.

Sinto por isso — **disse ainda** — orgulho em ser o primeiro deputado comunista eleito por esta gente boa da minha terra. Gente que deu provas de merecer mais e melhor, e que saberá conquistar o seu decisivo triunfo.



Às três da madrugada de segunda-feira, num dos auditórios da Gulbenkian, dirigentes da APU estiveram presentes a uma conferência de imprensa, de longe a que mais mereceu o interesse dos jornalistas, que acorreram em grande número enchendo completamente a sala. Na mesa vêm-se, da esquerda para a direita, Domingos Abrantes, Joaquim Gomes, Carlos Brito, Alvaro Cunhal, José Tengarrinha e Herberto Goulart



Alvaro Cunhal votou no domingo de manhã, numa das mesas de voto instaladas no Liceu Camões, em Lisboa



Os ultra-reaccionários do chamado PDC, defensores (sem máscara) do regresso ao fascismo, obtiveram uma votação que fala por si e dispensa comentários. Entretanto, quiseram aproveitar até ao fim a possibilidade que a campanha lhes oferecia para verterem o seu ódio (sem máscara) à democracia e ao 25 de Abril. Marcaram uma conferência de imprensa para as 19 h. de domingo, quando ainda não eram conhecidos os primeiros resultados eleitorais, e ficaram muito atrapalhados quando um dos jornalistas presentes lhes perguntou o que é que estavam ali a fazer... Repare-se na postura marcial do sujeito que está de pé, de seu nome António Lopes Ribeiro e em tempos dedicado às coisas do cinema

O Movimento Sindical e as eleições

O divisionismo reflecte-se nos resultados eleitorais

Entre declarações isoladas sem significado concreto e aplicável, duas posições sindicais muito nítidas e opostas percorreram toda a campanha eleitoral. Uma estritamente baseada num programa de acção aprovado em Congresso com uma legitimidade esmagadoramente maioritária entre os trabalhadores portugueses. A outra, resultante da infiltração partidária da direita no Movimento Sindical a partir de umas curtas dezenas de direcções sindicais divisionistas, afectas ao PPD e ao PS, que se conluiaram para fundar a UGT. Coerentes com os seus princípios e o seu programa, a CGTP-IN, as suas estruturas intermédias e os sindicatos filiados ou participantes apelaram várias vezes ao voto nos partidos capazes de defender os interesses vitais, os direitos, liberdades e garantias das classes trabalhadoras. Coerente com os interesses do patronato mais reaccionário e revanchista, a UGT firmou-se, aparentemente, na posição segundo a qual «interessa mais como se governa do que quem governa», lavando, de modo falso e demagógico, as suas mãos das eleições intercalares, enquanto nelas mergulhava em cheio, trabalhando para o voto na coligação reaccionária.

Princípios firmes — voto certo

Aprovada em plenário nacional, a posição da CGTP-IN teve como base coerente e eficaz os princípios de unidade, independência, democracia e liberdades sindicais. Ao apelar à consciência das massas trabalhadoras para a participação nessa jornada de luta, que foram as eleições intercalares, a Central unitária dos trabalhadores portugueses não se desviou um milímetro daqueles princípios de classe. Tão-pouco se afastou, onde quer que fosse, do fundamento prático dos mesmos princípios. O apelo ao voto certo dos trabalhadores tinha (e tem) objectivos muito concretos; imediatos uns, outros a prazo. Nível de vida, aumentos de salários, contratação colectiva, luta contra o desemprego e os despedimentos, pelo direito ao trabalho e contra a repressão nas empresas, participação dos trabalhadores na gestão da Previdência, defesa das nacionali-

zações, da Reforma Agrária e do controlo de gestão, acção e luta pela aplicação integral das liberdades e dos direitos sindicais, participação eficaz dos representantes dos trabalhadores nas empresas do sector empresarial do Estado, higiene e segurança no trabalho e tantas outras exigências democráticas, para salvaguarda da Constituição e do regime de Abril e para a solução concreta e adequada dos pequenos e grandes problemas das classes trabalhadoras de todas as categorias e sectores, autorizaram e deram toda a legitimidade ao apelo do Movimento Sindical Unitário no sentido do voto eficaz, da escolha certa.

A «correia de transmissão»

Como um limão mais que espremido e ppdre, os divisionistas continuam a utilizar contra a unidade e os outros princípios aplicados na prática pela CGTP-IN o consabido chavão segundo o qual os trabalhadores que não são comunistas teriam interesses de classe diferentes dos seus companheiros que o são. Não vale a pena sublinhar a estupidez de semelhante disparate. Mas é nele que têm jogado em força amarelos, gonalistas e divisionistas de todas as cores, desde que procuram dividir os trabalhadores para os enfraquecer e tornar inúteis as suas lutas e tarefas dentro do Movimento Sindical.

Como foi dito e redito várias vezes (e muitos exemplos concretos se poderiam citar) a única «correia de transmissão» que existe na CGTP-IN é a dos interesses dos trabalhadores filiados ou não nos Sindicatos que formam a sua Central única. Foi essa «correia» e só ela que funcionou na posição da CGTP-IN perante as eleições, como, aliás, funciona sempre que estão em jogo esses interesses, pois são eles a principal razão de ser do Movimento Sindical.

Se esses interesses são iguais, ou se aproximam, dos que defende o PCP, que fazer? Alguns contabilistas são da cabeça irá errar as contas só para se tomar «independente» das regras da aritmética?

Seria inútil gastar tempo e feitiço com o disparate amarelo, se por exemplo, a UGT fosse uma verdadeira organização de

trabalhadores. (Não queremos dizer que ela não os tenha. Só queremos acentuar que essa organização não os serve.)

A actuação da UGT

Falamos, em Portugal, da situação e de posições concretas do Movimento Sindical português. Esta advertência é necessária, porque com insistência cada vez maior os divisionistas da UGT/PS/PPD gostam de se dourar com as penas de pavão do sindicalismo social-democrata da «Europa conosco», da Europa do Mercado Comum e do capitalismo monopolista de Estado. Tentam influenciar trabalhadores portugueses chamando a terreiro situações, realidades e tomadas de posição incompatíveis com a situação real do nosso país e alheias às realidades concretas com que se defrontam os trabalhadores portugueses.

Os divisionistas amarelos da UGT/Gonella/PPD, actuando ao serviço da direita, nada têm de comum com centrais de tendência reformista e social-democrata por essa Europa fora. Nada têm a ver com sindicalistas socialistas e social-democratas, que procuram a unidade com os comunistas e fazem essa unidade na acção, descobrindo pontos comuns e actuando no interesse das massas trabalhadoras.

A UGT faz precisamente o contrário. Para essa «união», criada à margem da Lei Sindical em vigor e que de Central não tem nada, o principal inimigo são precisamente as organizações mais representativas, mais dinâmicas e mais consequentes na luta pelos interesses vitais dos trabalhadores. Documentos e actos concretos da UGT e das direcções sindicais filiadas são perfeitamente coincidentes e até decalcadas das posições do PPD e da Aliança Reaccionária. Invariavelmente, o anticomunismo está presente, quer através da tendência gonalista, quer da «reformista» (TSIRESD) do PPD.

Estranho seria que assim não fosse. A UGT não passa de um inchaço pseudo-sindical, criado artificialmente por dois partidos. É um corpo estranho dentro do Movimento Sindical. Com relevo para o PPD, a UGT é parte integrante dessas formações políticas. Por isso lhe assenta como uma luva a sigla UGT/Gonella/PPD.

Os resultados estão aí

A campanha eleitoral e as eleições intercalares para a Assembleia da República são mais um exemplo do que acabámos de dizer. E um exemplo bem grave. O recuo do PS nos resultados eleitorais certamente fará meditar os trabalhadores socialistas que apoiam a UGT.

O divisionismo sindical, patrocinado por dirigentes do PS, só tem favorecido a direita e as posições mais reaccionárias das suas organizações quer políticas, quer sociais. A CIP, a CAP, a CCP, o PPD e o CDS podem agradecer esse e outros favores aos dirigentes divisionistas do PS. E um dos maiores está patente nos resultados das eleições intercalares.

Não podemos saber, claro está, quantos trabalhadores filiados em sindicatos com direcção UGT votaram no PS. Mas o que sabemos, como toda a gente, é que esse número diminuiu estrondosamente em relação às eleições de 1976.

Também é impossível saber quantos votos desses mesmos trabalhadores terão cabido à Aliança Reaccionária. Mas é quase garantido que a tendência PPD dentro da «Central» fantoche se vai reclamar de muitos deles, se não de todos, para exercer ainda mais do que já exerce a sua pressão de direita sobre a tendência PS, ou sobre aqueles que ainda são socialistas dentro da UGT.

É tempo de vencer e ultrapassar os divisionistas. É a altura de fortalecer ainda mais a unidade. A extraordinária votação na APU é (também) um claro e animador exemplo da força do Movimento Sindical Unitário e dessa mesma unidade sempre ameaçada pelas forças da direita, que dispõem agora de uma maioria de deputados na Assembleia da República.

A unidade dos trabalhadores não está isenta de dificuldades. Vencê-las, inclusivamente nas próximas eleições para as autarquias, é possível e necessário, aproveitando os ensinamentos bem claros da actuação da UGT e dos seus dirigentes com os quais é impossível qualquer acto unitário, qualquer posição comum em defesa dos trabalhadores.

Falcatruas,ameaças,irregularidades

Como já se esperava, o acto eleitoral do passado domingo registou em localidades do Norte e Centro do país várias irregularidades praticadas por caciques e seus servidores. Violando frontalmente a ordem constitucional, espezinhando, como é seu apanágio, os direitos mais elementares dos cidadãos, a tudo recorreu o caciquismo reaccionário a soldo da «AD» para manobrar à sua maneira o acto eleitoral em diversas regiões onde o povo trabalhador continua subjugado e enganado pelos que querem o 24 de Abril.

Agressões, ameaças, chantagens, «acompanhamento» de pessoas na altura do voto, promoção «espontânea» de transportes gratuitos para eleitores — estas algumas das acções que dão uma imagem, se bem que incompleta, do quadro de irregularidades praticadas pelo caciquismo no passado domingo, isto não falando do que foi a campanha eleitoral em certos pontos do país, a qual registou igualmente um elevado número de falcatruas, irregularidades e atentados contra os direitos consignados pelo regime democrático e pela legalidade constitucional.

Mas voltamos ao dia das eleições intercalares. A título de exemplo, poderemos aqui referir alguns casos passados em pontos dos distritos de Vila Real de Trás-os-Montes, Bragança, Viana do Castelo, Aveiro e Leiria.

Em Vila Real
Na freguesia de **Sedelos**, concelho da Régua, o pároco local resolveu aconselhar os eleitores, principalmente os analfabetos, a votarem acompanhados... O presidente da mesa de voto opôs-se, e um grupo de reaccionários depressa iniciou as suas provocações e ameaças. Para cúmulo, o pároco apareceu junto da mesa com exigências, afirmando que os eleitores deveriam votar acompanhados... A confusão só viria a terminar quando chegou ao local uma força da GNR, vinda da sede do concelho.

Na freguesia de **Ardões**, concelho de Botas, estava afixado junto da assembleia de voto um cartaz da «AD»... Os membros da mesa protestaram mas o presidente, adepto do PPD, não autorizou a retirada da propaganda. Ao mesmo tempo, vários

indivíduos concentravam-se junto da mesa para «ensinarem» aos eleitores que chegavam a forma (ou seja: onde...) deviam votar!
No concelho de **Chaves**, em mesas instaladas quer na cidade, quer em várias aldeias, também não faltaram irregularidades, acompanhadas na maioria dos casos por ameaças e insultos a delegados da APU, como aconteceu em **S. Julião, Vila Real da Raia, Cimo de Vila da Castanheira e Soutelo**.

Em Bragança
No distrito de Bragança, **Mirandela, Macedo de Cavaleiros e Vila Flor** registaram casos idênticos, sendo de assinalar, por exemplo, o aparecimento de eleitores acompanhados sem qualquer motivo, a «simpatia» de muitos caciques, oferecen-

do transporte gratuito até aos locais de voto, etc.

Em Viana do Castelo
Na freguesia de **Arão**, concelho de Valença, o presidente da mesa, cheio de iniciativa, resolveu retirar das imediações toda a propaganda eleitoral... excepto a da «AD».

Em Arcos de Valdevez (Rio de Mouros), houve quem votasse duas vezes: por si e pelas respectivas mulheres... Aconteceu ainda que vários eleitores entregaram os seus votos à entrada das salas onde funcionavam as mesas, e não junto das urnas.

Em Ponte de Barca, apareceram falsos cegos. Objectivo: poderem votar acompanhados. Na esmagadora maioria dos casos, o «golpe de teatro» foi planeado pelos acompanhantes... Situações idênticas ocorreram em **Riba de Mouro, concelho de Monção**.

Em Tropoziz e Paredes de Coura os respectivos párocos usaram a sua influência o seu papel junto das comunidades para aconselhar o voto na «AD».

Nas freguesias de **Friestelas e de Cabaços** (Ponte de Lima), os locais de voto foram alterados à última da hora. Entretanto, nas freguesias de **Vitorino, Peães e Faxa**, a coligação reaccionária promoveu o transporte gratuito de eleitores.

Em Aveiro
Jamais os patrões se preocuparam tanto com o cansaço dos homens e mulheres que exploram a torto e a direito. Em vários locais do distrito de Aveiro senhores como o industrial **Violas**, da «Cotesi-Cofri», promoveram o transporte gratuito das populações. O voto na «AD» era o preço...

Na zona de **Marinha da Silva e no Bairro Piscatório**, alguns homens do **Violas** encarregaram-se de persuadir e aconselhar os eleitores que, de forma «simpática», transportaram para os locais de voto.

Por todo o distrito sucederam casos destes, assim como não faltaram os «acompanhamentos» de indi-



Que ninguém se engane, a começar pelos próprios caciques do PPD e do CDS: a elevada votação na aliança reaccionária não se deve à adesão popular à sua política, mas a diversos factores nos quais se incluem a situação antidemocrática existente em diversas regiões do país e às campanhas de mistificação da opinião pública e da informação com larga utilização dos meios de comunicação estatizados. E no próprio dia da votação, multiplicaram-se as acções de intimidação e coacção, o arrastar de eleitores pelos mais variados meios e processos, a ilegítima utilização de formas de pressão económica, material, física, moral e religiosa, que em numerosos casos desvirtuaram o verdadeiro sentido do acto eleitoral. Registe-se que, significativamente, nenhuma das irregularidades cometidas ocorreu em zonas daquelas que a reacção costuma dizer que são «dominadas pelos comunistas»...

víduos reaccionários a pessoas idosas, que faziam passar por cegas para exercerem por elas o direito de voto.

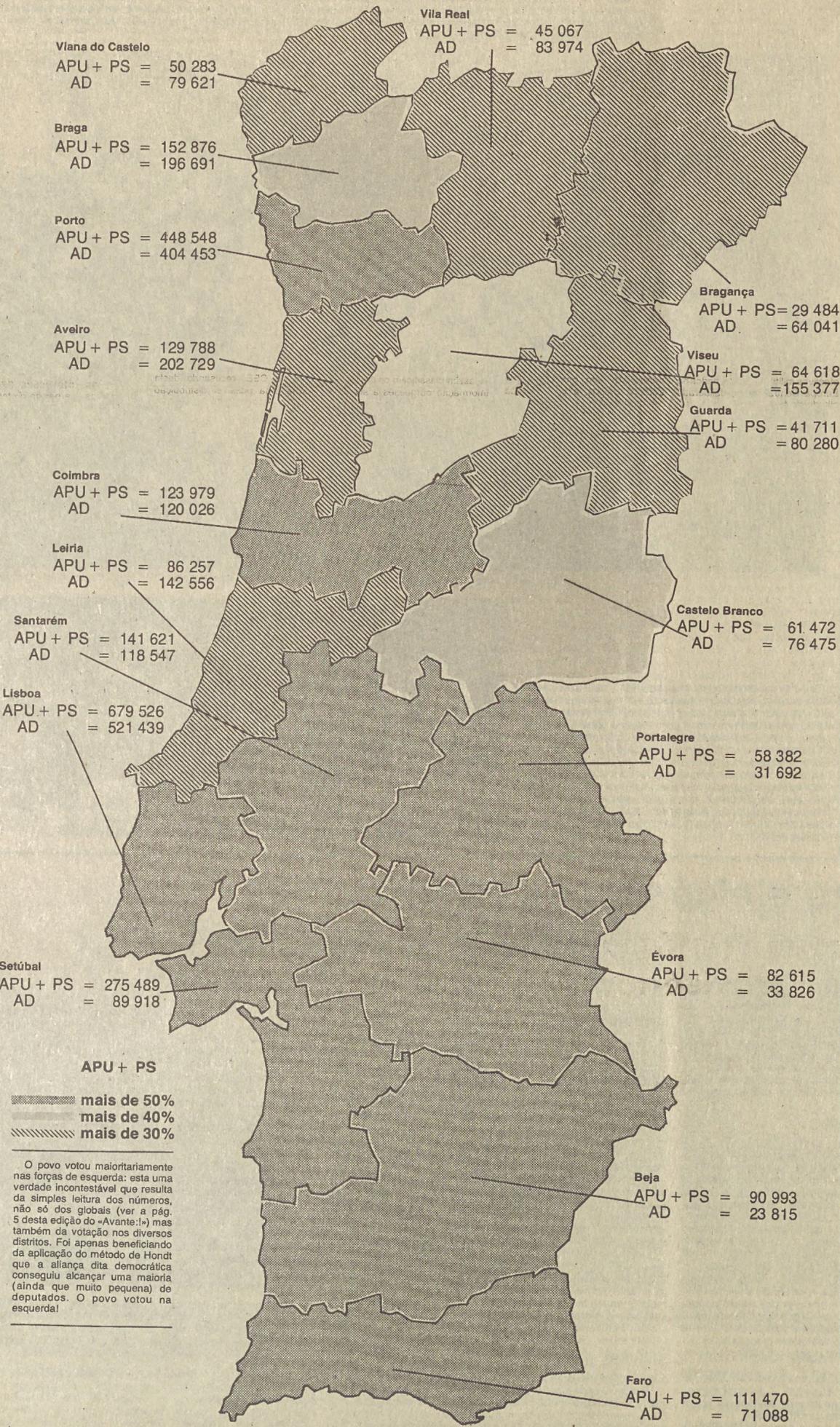
A manipulação da gente trabalhadora, de gente que nada tem a ver com os interesses da «AD» — interesses dos capitalistas e agrários — chegou ao ponto de, em **Espinho**, uma dirigente de uma instituição de caridade ter ameaçado os idosos beneficiários de que perderiam um subsídio se não votassem na «AD»! E não faltaram também sacerdotes — como o de **Ovar** — que desrespeitando clara-

mente as determinações do Episcopado e violando a opção livre dos fiéis, aconselharam estes a votarem na Aliança Reaccionária, «AD» — isto na própria missa do dia 2 de Dezembro, no passado domingo, dia do acto eleitoral!

Em Leiria
Arruaceiros conhecidos pelas suas profundas ligações à Aliança Reaccionária agrediram dois delegados da Aliança Povo Unido quando estes, após o encerramento das urnas, se retiravam dos locais onde funcionavam as assem-

bleias de voto da freguesia de **Turquel**, do concelho de Alcobaca. Já nas anteriores eleições, arruaceiros desta freguesia, onde a aliança PSD/CDS/PPM é maioritária, haviam agredido violentamente os delegados da APU. Curiosamente e apesar de alertada com antecedência para a possibilidade de provocações deste tipo, a GNR só compareceu depois dos delegados da APU terem sido agredidos. Sucedeu no passado domingo, no próprio dia das eleições e é bem imagem do que será a «AD» no governo!

O povo votou nas forças democráticas



Conheça a luta do povo português contra o fascismo através das edições **Avante!**

As Greves de 8 e 9 de Maio de 1944

Apontamentos de encontros e reuniões do PCP
 Artigos do «AVANTE!»
 Extractos do relatório de Álvaro Cunhal ao IV Congresso do PCP
 Relatório de Alfredo Dinis na reunião do CC do PCC

VI SÉRIE N.º 53
 1.ª QUINZENA DE MAIO DE 1944
 PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES
 G.º CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
 DEZENAS DE MILHARES DE TRABALHADORES DE 8 E 9 DE MAIO
LUTAM PELO PAO

CONTRIBUIÇÃO IMPORTANTE PARA UM MELHOR CONHECIMENTO DA LUTA DA CLASSE OPERÁRIA CONTRA A DITADURA FASCISTA

CD a distribuição

MAIS QUE MERA FICÇÃO SENSACIONALISTA, DOIS LIVROS QUE DOCUMENTAM, DE FORMA POR VEZES DRAMÁTICA, A LUTA CONTRA O FASCISMO E O NAZISMO

UM DIA E UMA NOITE
 de JEAN SANITAS

OS MEUS SETE FILHOS
 (2ª edição)
 de RENATO NICOLAI e ALCIDE CERVI

COLECCAO "RESISTENCIA"

A VENDA EM TODO O PAÍS

Semana

28 Quarta-feira 1961 - A Assembleia Geral da ONU aprova uma resolução exigindo a independência de todos os territórios ainda sob domínio colonial.

O Soviético Supremo da URSS aprova o orçamento de 1980, onde se prevê a redução das despesas militares em cem milhões de rublos e o aumento dos investimentos na agricultura e indústria. O Papa João Paulo II chega a Ankara para uma visita de três dias à Turquia, país predominantemente muçulmano. Abolhassan Bani Sadr é demitido do cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros do governo iraniano, o que põe em causa a realização do debate no Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre o conflito entre o Irão e os EUA. C. G. Mspira, representante da Frente Patriótica, dá uma conferência de imprensa em Salisbury onde afirma que o ministro britânico dos NE, Lord Carrington, tenta impor um cessar-fogo que só provocaria o caos e a guerra civil no Zimbábue. Despenha-se o avião DC-10 das linhas aéreas neo-zelandesas quando sobrevoa a Antártida num voo turístico, pensando-se que não haverá sobreviventes entre as 257 pessoas que se encontravam a bordo. São abatidos a tiro três guardas civis espanhóis em San Sebastián. Archibald Dunn, embaixador da África do Sul em El Salvador, é raptado por cerca de 15 homens armados.

29 Quinta-feira 1920 - Proclamação do poder dos Soviéticos na Arménia.

A Central Operária Boliviana (COB) rejeita o programa económico do governo da presidente Lidia Gueiler por considerar que ele faz recair o peso da crise económica sobre as classes trabalhadoras. É criado na África do Sul um "fundo de apoio" ao regime de Smith-Muzorewa da Rodésia; o fundo é alimentado principalmente pelas ofertas dos monopólios sul-africanos e filiais dos consórcios ocidentais e destina-se ao financiamento de novas operações "punitivas" contra a população do Zimbábue. Numa extensa "Proposta à Nação", o secretário-geral do Partido Comunista da Argentina, Gerónimo Amado Alvarez, reivindica um urgente diálogo civil-militar que enquadre o restabelecimento dos direitos constitucionais e seja o ponto de partida para a formação de um governo de transição, baseado num convénio nacional democrático. Centenas de milhares de iranianos desfilam durante todo o dia pelas ruas de Teerão, transformando as celebrações do dia santo do luto muçulmano do "Tasua" numa gigantesca manifestação anti-americana e de apoio a Khomeiny. Discursando na ONU no Dia da Solidariedade Internacional com o Povo Palestino, o secretário-geral da ONU, Kurt Waldheim, declara que a situação no Médio Oriente constitui uma potencial ameaça à paz e segurança de todo o mundo.

30 Sexta-feira 1962 - U Thant é eleito secretário-geral das Nações Unidas.

A Força Aérea dos EUA suspende os voos dos seus mais modernos caças-bombardeiros, os "F-15" "Eagle" e os "F-16", devido a defeitos graves detectados nos motores que equipam os aparelhos. A Assembleia Geral das Nações Unidas condena os tratados de Camp David, sublinhando não terem nenhuma validade na determinação do futuro do povo palestino e dos territórios árabes ocupados por Israel. O governo mexicano anuncia a decisão de negar o visto ao ex-Xá Reza Pahlevi para reentrar no México. Termina a cimeira da Comunidade Económica Europeia (CEE), em Dublin, sem conseguir resolver o conflito que opõe o governo britânico de Margaret Thatcher aos restantes membros da organização. A Assembleia Nacional Francesa aprova, dando-lhe carácter permanente, um projecto da lei sobre o aborto, após este ter tido um período experimental de cinco anos em França, país predominantemente católico.

1 Sábado 1973 - A ditadura fascista do Uruguai declara ilegal o Partido Comunista Uruguai.

O diário iraniano "Bombard" anuncia que o Banco Central do Irão deu ordens para que cessem no país todas as transações bancárias em dólares norte-americanos. A embaixada norte-americana em Bangkok, capital da Tailândia, é atacada por assassinos desconhecidos que lançaram granadas antitanque; o atentado não causou feridos e apenas provocou estragos superficiais. As forças guerrilheiras da Frente Patriótica do Zimbábue afirmam que abateram mais de mil soldados do governo fantecho de Salisbury entre Julho e Setembro deste ano. O ministro da Defesa egípcio anuncia que o Egipto e os EUA discutiram hoje a investigação, desenvolvimento e fabrico de armas bem como o uso de peritos norte-americanos em organização e treino militares. A opinião pública norte-americana está a ser intensamente preparada para a eventualidade de um ataque militar dos EUA ao Irão, estando a televisão a utilizar, inclusivamente, a apresentação de "sondagens" nesta operação psicológica. Devido à presença de técnicos israelitas, o Sudão declara oficialmente que não participará numa conferência internacional sobre a utilização das águas do rio Nilo e que decorrerá sob o patrocínio do Egipto, do Sudão e dos EUA.

2 Domingo 1805 - Batalha de Austerlitz, onde os exércitos de Napoleão Bonaparte sofreram a sua primeira grande derrota.

O ex-Xá Reza Pahlevi é transferido de Nova Iorque para um hospital militar do Texas, o que foi considerado pelo ministro dos NE iraniano, Sadek Kottbzadeh, como uma prova de que os EUA têm em curso uma conspiração contra a "revolução iraniana". Os presidentes Samora Machel, da RP de Moçambique, e Kenneth Kaunda, da Zâmbia, encontram-se na cidade de Quelimane para debaterem problemas de particular interesse para os Estados da África Austral. Os estudantes iranianos que ocupam a embaixada norte-americana em Teerão advertem o governo dos EUA que qualquer tentativa para enviar o ex-Xá para qualquer outro local que não seja o Irão terá como consequência directa o início imediato do julgamento dos 50 reféns que têm em seu poder. Começam eleições parlamentares na Islândia. A URSS adverte que retirará a oferta de negociações para o desarmamento se a NATO decidir instalar novos mísseis na Europa. Circulos políticos britânicos expressam a sua decepção pelo fracasso da reivindicação britânica na cimeira do Mercado Comum, realizada há dias em Dublin, e que se traduzia na exigência de uma redução da contribuição da Grã-Bretanha para os fundos da Comunidade. O senador norte-americano Edward Kennedy considera o regime do ex-Xá do Irão como um dos mais brutais da História.

3 Segunda-feira 1969 - Morre o marechal Kliment Voroshilov que, de 1953 a 1960, é presidente do "Presidium" do Soviético Supremo da URSS.

Começa a votação de um referendo no Irão, que propõe vastos poderes para o "ayatollah" Khomeiny. Willy Brandt inaugura o Congresso do SPD reafirmando a vocação pacífica e o desejo de desanuviamento dos sociais-democratas e da própria RFA, a nível internacional. O ministro britânico dos NE, Lord Carrington, anuncia que a Grã-Bretanha dará início ao processo legislativo para um acordo sobre o Zimbábue, mesmo sem Frente Patriótica. Um atentado em Porto Rico vitima dois "marines" norte-americanos e fere mais dez; a acção foi reivindicada por três organizações independentistas.

4 Terça-feira 1894 - Morre, em Samoa, o escritor inglês Robert Stevenson.

A Líbia apresenta desculpas aos EUA pelo ataque de domingo à embaixada norte-americana de Trípoli. Willy Brandt inaugura o Congresso do SPD reafirmando a vocação pacífica e o desejo de desanuviamento dos sociais-democratas e da própria RFA, a nível internacional. O ministro britânico dos NE, Lord Carrington, anuncia que a Grã-Bretanha dará início ao processo legislativo para um acordo sobre o Zimbábue, mesmo sem Frente Patriótica. Um atentado em Porto Rico vitima dois "marines" norte-americanos e fere mais dez; a acção foi reivindicada por três organizações independentistas.

Orçamento e plano da URSS reflectem frutos do socialismo

O plano de estado de desenvolvimento económico e social da União Soviética e o orçamento para 1980 foram analisados e aprovados nas suas grandes linhas em reunião plenária do CC do Partido Comunista da União Soviética e posteriormente discutidos e aprovados pelo Soviético Supremo. Como é normal num país socialista, a par do claro delinear de orientações e de objectivos a atingir, foram analisados problemas e dificuldades, assim como a forma de os superar. Como também é norma sistemática, os órgãos da propagação burguesa apressaram-se a fazer as corriqueiras comparações entre socialismo e capitalismo, que afirmam enfiarem nas mesmas taras.

Entretanto, e apesar de todos os artifícios a que recorrem, é bem difícil negar os êxitos muito palpáveis do socialismo, o carácter qualitativamente diferente dos problemas que tem que enfrentar.

Do balanço feito dos quatro primeiros anos do 10.º quinquénio concluiu-se que, em relação a igual período do quinquénio anterior, o rendimento nacional da URSS aumentou 323 mil milhões de rublos, a produção industrial 600 mil milhões e o produto agrícola bruto 40 mil milhões.

Em domínios tão sensíveis e importantes como o da energia e da agricultura, também foram alcançados resultados

assinaláveis. Este ano a produção de petróleo (incluindo gás condensado) atingiram os 585 milhões de toneladas - mais 94 milhões do que em 1975. A energia eléctrica cresceu 20 por cento. Apesar das condições climáticas desfavoráveis, aumentou o rendimento agrícola, conseguindo-se elevar de 27 milhões de toneladas a colheita média.

O plano prevê um aumento da produção industrial de 4,5 por cento, da produtividade do trabalho na indústria de 3,8 por cento e do rendimento real "per capita" de 2,9 por cento. Prevê-se ainda a aceleração do reequipamento técnico, a consolidação da base

materiais dos ramos-chave da economia e o melhoramento do desenvolvimento proporcional da economia. Dois aspectos do orçamento assumem um carácter particularmente significativo no próximo ano serão sensivelmente aumentados os fundos para as necessidades socio-culturais (mais 5,8 mil milhões que durante este ano); por outro lado as despesas militares representam apenas 6 por cento de todas as despesas orçamentais.

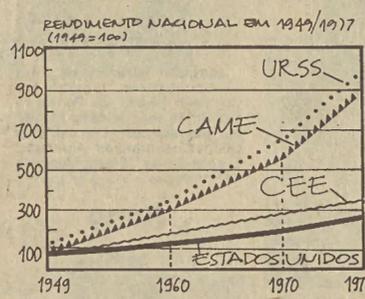
Este quadro não anula a existência de problemas. Aliás é o seu claro enunciado pelos dirigentes, pelos trabalhadores soviéticos, que é utilizado para deturpar a realidade do socialismo. Na sua intervenção no plenário do CC do PCUS Brejnev classificou 1979 o ano mais difícil do actual quinquénio, referindo que, no que respeita a aumentar ainda mais a eficácia da produção e a qualidade do trabalho, não se conseguiu avançar tanto como o previsto no plano. Apesar dos enormes investimentos e da URSS ocupar o primeiro lugar no mundo na produção de certos artigos, o resultado final é inferior ao que

devia. Foram abordados problemas energéticos, nos ramos da metalurgia e das construções mecânicas, no abastecimento da população - questões importantes, também em função dos objectivos fundamentais do futuro quinquénio: melhorar o bem estar da população, aumentar a eficácia e a qualidade.

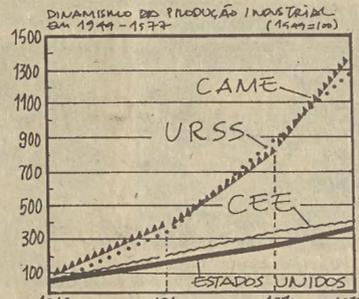
Trata-se entretanto de problemas qualitativamente diferentes dos do capitalismo, problemas de um sistema económico em desenvolvimento onde impera o equilíbrio e o sólido avanço. Não há inflação, a moeda é estável, as despesas orçamentais equilibram-se com as receitas. Não há desemprego.

Os números comparativos entre o Conselho de Ajuda Mútua Económica (CAME) que engloba a maioria dos países socialistas, e a CEE, são particularmente eloquentes. Nos últimos sete anos, a produção industrial nos países do CAME aumentou 65 por cento, contra 17 por cento nos países da CEE; o rendimento nacional aumentou respectivamente de 51 por cento e de 20 por cento. Ocupando 18,7 por cento do território da terra e dispondo de 10,4 por cento da população, os países do CAME atingiram posições dominantes na economia. A parte dos países europeus do CAME no continente passou de 31 por cento em 1950 para 53 por cento em 1977; quanto ao volume de investimentos, passou de 32 para 56 por cento e, relativamente aos recursos energéticos de origem natural, de 46 para 76 por cento.

Estes os frutos de uma política baseada na propriedade social, no sistema de planificação, na organização e gestão científica da economia, numa direcção centralizada. Uma política virada para a satisfação das necessidades das nossas trabalhadoras, só possível com o consequente empenhamento de todo o povo na sua concretização.



Rendimento nacional em 1949-1977 (1949 = 100)



Dinamismo da produção industrial em 1949-1977 (1949 = 100)

Não aos mísseis nos campos da Europa!

Na semana passada o Soviético Supremo da URSS aprovou o orçamento para 1980, onde se prevê a redução das despesas militares e o aumento dos investimentos na agricultura e na indústria.

O orçamento militar será diminuído em cem milhões de rublos o que, segundo o ministro soviético das Finanças, Vasily Garbuzov, constitui a prova de boa vontade da União Soviética em reduzir significativamente a tensão internacional e de se empenhar no desanuviamento. Até as pessoas menos atentas conseguem articular esta política interna de orçamentos militares da União Soviética com a política de efectivo desanuviamento e defesa da paz no mundo prosseguida pela URSS desde sempre, a qual tem como ilustração recente a retirada unilateral de forças soviéticas integradas no Pacto de Varsóvia e estacionadas na República Democrática Alemã.

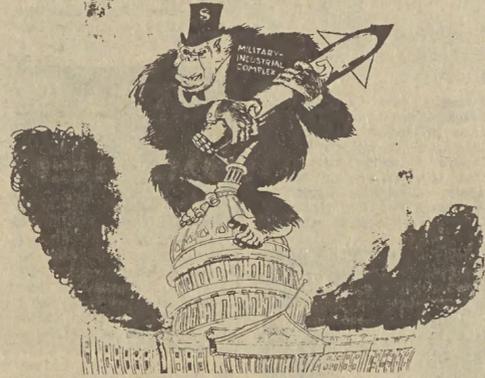
A contrastar com estas medidas

comunitária socialista ficarão, a partir daí, sob a ameaça de mortíferas ogivas nucleares, ali mesmo ao pé da porta.

O adventurismo provocatório da NATO emerge dos círculos mais belicistas do imperialismo, os quais, naturalmente, buscam soluções para os problemas económicos dos grandes emporios da indústria militar do mundo capitalista, em particular dos Estados Unidos; é vital para os interesses dos monopólios dos EUA ligados à indústria armamentista que os seus produtos - neste caso potentes e ultramodernas armas nucleares - sejam colocados no mercado, independentemente das consequências que isso possa trazer à paz e à segurança no mundo. É rigorosamente nestes parâmetros que se movimentam os esforços para a colocação, a todo o custo, dos mísseis nucleares "Pershing" e "Tohmawak" nos países europeus que integram a Aliança Atlântica...

É nesse sentido - o da persistência do imperialismo em colocar tão perigosas e controversas armas na Europa - que a União Soviética lançou mais uma advertência à NATO, a sublinhar que retirará a oferta de negociações para o desarmamento, caso persista a ideia da instalação de tais armas junto às fronteiras da comunidade socialista.

O Pacto de Varsóvia é uma aliança política defensiva, constituindo um factor decisivo na manutenção da paz na Europa e na política de desanuviamento - como tal impedirá sempre e sem hesitação quaisquer medidas que pretendam alterar o equilíbrio existente nas forças do continente europeu, nomeadamente através desta tentativa de instalação dos novos mísseis norte-americanos nos países da NATO; caso ela se venha a verificar, as forças do Pacto de Varsóvia ver-se-ão obrigadas a reforçar igualmente a sua capacidade de defesa.



O complexo de indústria militar norte-americana necessita abrir mercados para colocar os seus "produtos"; daí que a Europa lhe pareça um óptimo local para os seus novos mísseis - ainda que isso ponha em perigo a paz

Itália: problemas crónicos e governos "provisórios"

O governo italiano vive uma semana particularmente difícil, que reflecte a continuidade de problemas que não podem deixar de persistir enquanto a democracia-cristã, dividida embora - e de acordo, aliás, com as formais determinações de Washington - persistir em governar como minoria, contra a vontade do povo italiano, contra a própria realidade objectiva nacional que impõe que se trave o contínuo agravamento dos problemas pendentes.

Estão em debate, esta semana: a instalação na Itália dos mísseis norte-americanos, projecto a mediar para a paz e o desanuviamento a que o governo italiano pretende dar o seu aval; a lei das finanças e da futura actividade do governo no campo económico, onde os problemas se avolumam de forma particularmente desastrosa; as questões relativas a salários, rendimentos familiares e impostos, com profundas repercussões sociais.

O governo que vai debater estas questões fulcrais - o governo de Cossiga - é generalizadamente reconhecido como um governo de transição. Mais um dado que a "média média" de um primeiro-ministro em Itália não ultrapassa

económico oscilam à volta dos 3 por cento ao ano, diminuindo a produção de indústrias tão importantes como a construção naval e a siderurgia.

A persistência e o agravamento dos problemas socioeconómicos, a luta das massas trabalhadoras contra o agravamento das condições de vida, contra a repressão patronal, que se traduz nomeadamente em despedimentos em massa, como foi o caso recente da FIAT, contra o terrorismo (em Outubro os sicilianos vieram pela primeira vez para a rua protestar contra o domínio da Mafia na ilha e os seus crimes), a queda sucessiva de governos que à partida se sabe não irem durar mais que um curto período de tempo e não estarem em condições de resolver nenhum dos graves problemas com que o país se debate, confirmam, na Itália, uma realidade indelével: que uma política de direita não corresponde aos interesses dos países e dos povos, que sem a participação dos comunistas não é possível enfrentar os problemas mais candentes em qualquer país, que sem unidade de esquerda - este também um problema vivo em Itália - o voto popular não tem a tradução prática que se impõe e a que o agravamento da situação socioeconómica confere uma crescente acuidade.

Ameaças à paz

A crise que se vive nas relações entre o Irão e os Estados Unidos está a assumir contornos particularmente perigosos. Porque utilizada como pretexto para um reforço do potencial militar norte-americano na zona. Porque se insere no contexto político de uma região particularmente sensível como é o Médio Oriente, e onde os falhanços da política externa norte-americana podem induzir a Casa Branca a recorrer a meios violentos para tentar uma alteração da situação num sentido favorável aos seus interesses. Porque está a ser também aproveitada para alimentar no povo norte-americano sentimentos belicistas, sempre favoráveis aos negociantes de armas - sentimentos que podem ser depois explorados, não só em relação ao caso específico do Irão mas, de uma forma geral, à propagandeada "necessidade" de reforço militar do imperialismo.

ESTES graves perigos têm vindo a ser assinalados quer pela União Soviética, quer por países do Médio Oriente. Recentemente a Síria - tal como a Líbia - manifestou a sua inquietação face às intenções expressas por Washington, prevenindo os Estados Unidos de que não deveriam utilizar a força contra o Irão, declarando que isso poderia pôr em perigo, não só a paz no Médio Oriente, como a própria paz mundial. Por outro lado a imprensa soviética salienta que "numa situação que exige o máximo comedimento, a ameaça do emprego da força contra um país soberano não pode ser de modo algum justificada". O "Estrela Vermelha", jornal do Exército Soviético, denuncia os objectivos fundamentais da criação de pretextos para uma interferência armada no Irão, como noutras zonas do mundo: "Pôr termo ou travar o processo revolucionário, consolidar as posições estratégicas nos pontos quentes do Mundo, restaurar as antigas possibilidades de ditar a sua vontade aos países em vias de desenvolvimento e respectivos povos, como aconteceu no passado, saquear os recursos naturais desses países".

A crise que se desenvolve nas relações entre o Irão e os Estados Unidos veio por outro lado acentuar e revelar o forte sentimento anti-imperialista dos povos destas zonas, ainda hoje vítimas da exploração do imperialismo norte-americano, frequentemente também através de regimes ditatoriais e antipopulares. Sucedem-se manifestações contra as embaixadas norte-americanas. Na Arábia Saudita, tropas isolaram uma área produtora de petróleo no leste do país, após a repressão desencadeada contra manifestantes, de que resultaram vários mortos e muitos feridos. Os milhares de pessoas que participaram nas manifestações exigiam que a Arábia Saudita deixasse de fornecer petróleo aos Estados Unidos e apoie o movimento islâmico do Irão. As dificuldades do imperialismo em "colocar" o Xá (só o Egipto se oferece para semelhante papel), inserem-se nesta crescente consciência anti-imperialista, ilustra as dificuldades com que hoje esbarra uma política que põe frontalmente em causa os interesses dos povos.

Em Dublin Contradições ressaltam na Cimeira da CEE

A Cimeira da Comunidade Económica Europeia (CEE) realizada agora em Dublin foi palco de claras manifestações de agravamento das contradições entre os monopólios, entre os diversos países capitalistas desenvolvidos. Situação de impasse, ruptura evitada à justa - assim classificam os órgãos de informação burgueses a situação que se está a viver, e que opõe a Grã-Bretanha aos restantes países da CEE. O adiamento da discussão dos problemas para Fevereiro de 1980 não os vem anular. Eles não podem deixar de persistir na medida em que a Comunidade depois da sua entrada no Mercado Comum, a Grã-Bretanha põe em causa a continuidade da sua permanência nesta estrutura económica face à não aceitação pela comunidade da exigência de uma redução da sua contribuição

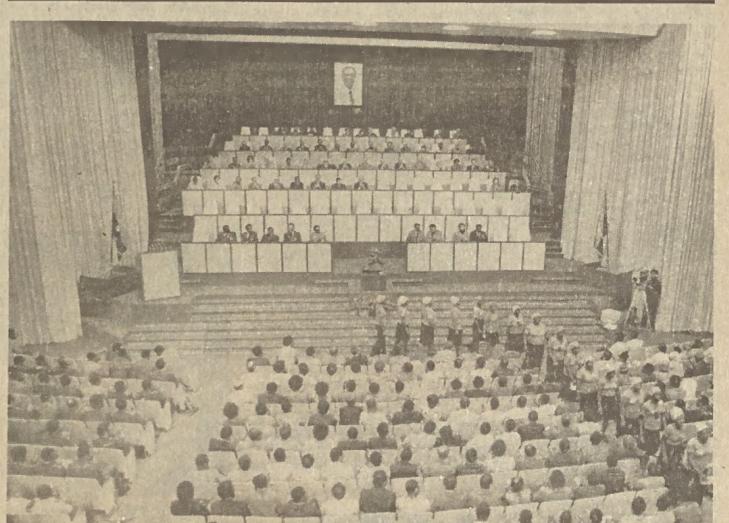
para os fundos comunitários de 2 100 milhões de dólares (101 milhões de contos). A CEE aceita apenas a redução de uma terça parte. Simultaneamente a Grã-Bretanha suprime qualquer referência no documento final a uma maior solidariedade no que respeita à questão energética, no sétio da CEE, recusando desta forma uma possível distribuição das suas reservas de petróleo do Mar do Norte.

O centro do problema está na contribuição britânica para o orçamento da CEE. A Grã-Bretanha é o maior país contribuinte da CEE. O orçamento da CEE é elaborado a partir da contribuição dos seus membros, de que o montante é determinado por diversos factores, sendo o principal os direitos alfandegários cobrados, o que cresce directamente com o crescimento

do comércio de mercadorias com países fora da Comunidade. Para a Grã-Bretanha este comércio é particularmente importante, dado o tipo de relações que mantém com 38 das suas antigas colónias, relações que naturalmente trazem grandes lucros aos monopólios com sede em Londres.

São os interesses destes monopólios - a par da protecção à sua agricultura em crise devido à concorrência dos monopólios agrícolas dos outros países - que o governo da Grã-Bretanha defende na CEE, aliás, como os outros países da Comunidade.

Uma política comum, que nada tem a ver com os interesses dos povos dos países integrados na CEE, mas sim com os interesses dos respectivos monopólios e que, como tal, reflecte as contradições que opõem os diversos sectores do capital internacional.



Depois do 1.º Congresso do MPLA, realizado há dois anos e do qual podemos recordar, na foto, um dos seus momentos, foram grandes os passos dados na construção do país novo

O 1.º Congresso do MPLA - Partido do Trabalho foi há dois anos

Comemorou-se no dia 4 o segundo aniversário do 1.º Congresso do MPLA-Partido do Trabalho. Congresso histórico, realizado em Dezembro de 1977, que decidiu transformar o Movimento de Libertação em partido de vanguarda dos trabalhadores, com base no marxismo-leninismo, optando simultaneamente, na direcção política do país, pela orientação socialista. Orientação que hoje uma vez mais reafirmada, não só pela prática, como por recentes declarações do actual presidente, José Eduardo dos Santos, que afirmou que "o socialismo foi e continua a ser o objectivo principal da revolução angolana".

Éxitos importantes foram obtidos desde a constituição da República Popular de Angola, tanto no domínio económico como social, êxitos que ajudam na solução dos múltiplos problemas e dificuldades que há que enfrentar no processo de reconstrução da economia nacional, na organização do funcionamento do aparelho estatal e na realização de transformações socioeconómicas. Como foi assinalado na declaração do Bureau Político do CC do MPLA-Partido do Trabalho, por ocasião do 4.º aniversário da independência de Angola, são tarefas prementes da actualidade o combate ao burocratismo, a luta pela disciplina e o reforço da responsabilidade em todos os escalões.

Na grandiosa tarefa de reconstrução do país, apontando para o objectivo fundamental - o socialismo -, assume importância decisiva o reforço multilateral do Partido. Foi concluída a formação dos órgãos dirigentes - comités do Partido - nas 17 províncias e iniciada a formação de organismos partidários nos outros níveis da organização administrativa-territorial. A candidatura de novos militantes - apreciada em reuniões abertas com ampla participação de trabalhadores - decorre bem, tendendo a alargar as estruturas do Partido que conta com mais de 8 mil militantes e quase igual número de simpatizantes. Funciona por outro lado um sistema de formação política de quadros que assenta numa escola central e sete escolas provinciais.

Assim o MPLA - Partido do Trabalho reforça, tanto a nível quantitativo como qualitativo, a sua capacidade para fazer face à grandiosa tarefa de construir um país novo, partindo de uma base de grande atraso, rica embora de potencialidades, e tendo simultaneamente que enfrentar os ataques do imperialismo.

Deputados eleitos pela APU

Aveiro

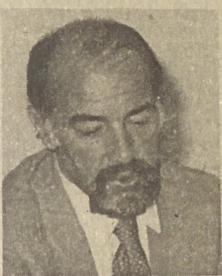


Vital Moreira — Professor da Faculdade de Direito de Coimbra, membro do PCP, 34 anos de idade. Natural do concelho de Anadia. Deputado às Assembleias Constituinte e da República. Presidente eleito da Comissão de Assuntos Constitucionais da Assembleia da República.

Coimbra



Jorge Leite — Assistente da Faculdade de Direito de Coimbra, membro do PCP, 40 anos de idade. De origem camponesa, é natural do distrito da Guarda. Por motivos políticos foi suspenso das funções docentes da faculdade em 1973. Consultor jurídico de sindicatos antes e depois do 25 de Abril. Foi membro do Secretariado do Grupo Parlamentar do PCP na AR e das Comissões de Trabalho e Assuntos Constitucionais da AR.



Luís Catarino — Advogado, membro da CDE desde a sua fundação, em 1969, participou nas suas campanhas políticas no tempo do fascismo. Membro da Comissão Nacional do MDP/CDE desde 1974. Após o 25 de Abril foi eleito deputado à Assembleia Constituinte pelo MDP/CDE pelo distrito de Faro. É membro do Secretariado e da Presidência do MDP/CDE.



José Tengarrinha — Professor universitário, presidente da Comissão Nacional do MDP/CDE, 47 anos de idade. Em 1961 é preso pela terceira vez. Em 1969 é um dos fundadores da CDE, participa na organização do II e III Congressos da Oposição Democrática e candidato da CDE em 1969 e 1973 por Lisboa. Estava preso em Caxias quando o fascismo caiu. Foi deputado do MDP/CDE na Constituinte, em 1975.

1969. É membro do Conselho Português para a Paz e Cooperação. Foi secretário de estado do Trabalho nos cinco primeiros Governos Provisórios. Deputado à Assembleia da República.



Zita Seabra — Membro do CC do PCP, 30 anos de idade. Militante do PCP desde os 15 anos. Em 1967 passou à clandestinidade trabalhando no sector estudantil e como membro da UEC desde a sua fundação em 1972. Deputada à Assembleia da República.



José António — Empregado de escritório, 37 anos. Membro do PCP desde 1967. Exilado em França colaborou no Boletim da Comissão de Solidariedade aos Presos Políticos Portugueses. É presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.

Portalegre



Joaquim Miranda da Silva — Economista, membro da Comissão Distrital de Portalegre do PCP, 29 anos de idade. Técnico do Secretariado Distrital das UCPs/Cooperativas Agrícolas. É vereador da Câmara Municipal de Portalegre.

Porto



António Marques Pedrosa — Operário, na Cometa. Foi membro da Comissão de Trabalhadores da Cometa. É vereador da Câmara Municipal de Oeiras e deputado à Assembleia da República.



Carlos Costa — Membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP, 51 anos de idade. Militante do Partido aos 15 anos. Fundador do MUD Juvenil. Preso pela primeira vez em 1948. Participou com Álvaro Cunhal, em 1960, na fuga de Peniche. Responsável da DORN nos últimos anos do fascismo. Eleito deputado à Assembleia Constituinte.



Ângelo Veloso — Membro suplente da Comissão Política do CC do PCP, 48 anos de idade. Aderiu ao MUD Juvenil. Detido pela primeira vez aos 19 anos, passou nas prisões fascistas mais de 11 anos. Eleito deputado à Assembleia Constituinte e à Assembleia da República. Desde o 25 de Abril tem sido responsável pela actividade e organização partidária em todo o Norte do País.



António Mota — Operário metalúrgico, 42 anos de idade. Membro suplente do CC do PCP. Participou em diversas lutas sindicais durante o fascismo. Funcionário do Partido desde 1974. Candidato pelo PCP nas eleições de 1975 e 1976.



Raul de Castro — Advogado, vice-presidente da Comissão Nacional e membro do Secretariado Nacional do MDP/CDE, 58 anos de idade. Vereador da APU na Câmara Municipal do Porto. Candidato em 75 pelo MDP/CDE à Assembleia Constituinte e em 1976 candidato independente na lista do PCP à Assembleia da República. Encabeça a lista da APU à Câmara Municipal do Porto.

Beja



Dinis Miranda — Membro da Comissão Política do CC do PCP, 50 anos de idade. Membro do PCP desde 1946, fez parte da Comissão Central do MUD Juvenil. Preso cinco vezes sofreu um total de 12 anos de prisão. Em Dezembro de 1959 fugiu da cadeia voltando a ser preso sete anos depois. Grande actividade na luta pela defesa dos interesses dos trabalhadores agrícolas. Deputado à Assembleia Constituinte.

Évora



António Gervásio — Membro da Comissão Política do CC do PCP, 52 anos de idade. Membro do Partido desde os 18 anos. Preso pela PIDE três vezes. Em Dezembro de 1961 foge do Forte de Caxias com mais sete camaradas. Participou na preparação e direcção da histórica jornada das 8 horas de trabalho para os trabalhadores rurais, em 1962. Eleito para a Assembleia Constituinte.

Leiria

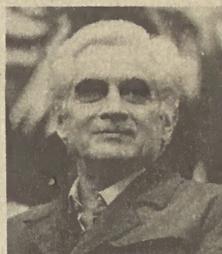


Joaquim Gomes — Membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP, 62 anos de idade. Com 15 anos ingressou na Federação da Juventude Comunista Portuguesa. Fez parte do Comité Local da Marinha Grande, onde trabalhava como operário vidreiro. Preso pela segunda vez em 1952 evadindo-se da prisão, no Porto, passados nove meses. Preso novamente em 1958, viria a abandonar o Forte de Peniche durante a fuga de 1960, com Álvaro Cunhal. Eleito deputado à Assembleia da República.

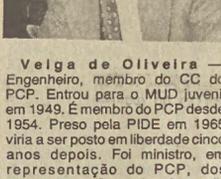


Carlos Abolm Inglês — Membro do CC do PCP, 49 anos de idade. Aderiu ao PCP com 16 anos. Foi activista do MUD Juvenil. Pela sua actividade política foi preso repetidas vezes pela PIDE, tendo passado cerca de 10 anos nas cadeias fascistas. Eleito deputado à Assembleia da República em 1976.

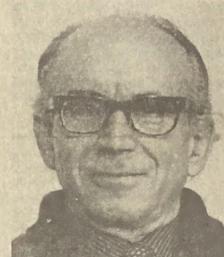
Lisboa



Veiga de Oliveira — Engenheiro, membro do CC do PCP. Entrou para o MUD Juvenil em 1949. É membro do PCP desde 1954. Preso pela PIDE em 1965 viria a ser posto em liberdade cinco anos depois. Foi ministro, em representação do PCP, dos Transportes e Comunicações no IV Governo Provisório; ministro do Equipamento Social, ministro das Obras Públicas no VI Governo Provisório. Deputado à Assembleia da República.



Helder Pinheiro — Operário fabril na Soda Póvoa, 39 anos de idade. Eleito dirigente do Sindicato dos Químicos de Lisboa em Março de 1975 e reeleito em 1977 e 1979. Integra o Secretariado da Federação dos Sindicatos da Indústria Química e Farmacéutica.



Francisco Miguel — Membro do CC do PCP, 71 anos de idade. Membro do Partido desde 1932. Passou mais de 21 anos nas prisões fascistas, tendo estado duas vezes no campo de concentração do Tarrafal, num total de 8 anos e um mês, sendo o último preso a abandonar aquele campo. Participou na fuga de Peniche com Álvaro Cunhal. Deputado às Assembleias Constituinte e da República.



Ildefonso de Oliveira — Médico, membro da Comissão Concelhia de Évora do PCP, 27 anos de idade. Fez parte, em 1972/73, da direcção da Associação de Estudantes da Faculdade de Medicina de Lisboa. De 1973 a 1976 militou na UEC. Actualmente exerce a sua profissão no Hospital Distrital de Évora.



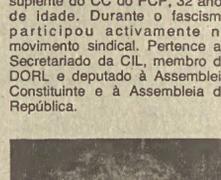
Carreira Marques — Técnico de contas, membro da Comissão Concelhia de Beja do PCP, 36 anos de idade. Colaborador do jornal "Reforma Agrária". Dinamizador da Liga dos Pequenos e Médios Agricultores do Distrito de Beja. Deputado às Assembleias Constituinte e da República e membro da delegação portuguesa à Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa.



Josefina Andrade — Operária agrícola, membro da Comissão de Freguesia de Pavia do PCP, 36 anos de idade. Um papel activo na luta em defesa da Reforma Agrária. Presidente da UCP "TOC" da Pavia e delegada do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas na Freguesia de Pavia.



Octávio Pato — Membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP, 54 anos de idade. Natural de Vila Franca de Xira, ingressa no PCP com 16 anos. Preso em 1961 e torturado é condenado a 8 anos e meio de prisão e medidas de segurança, vindo a ser libertado em 1970. Deputado à Assembleia Constituinte e à Assembleia da República, foi candidato do PCP à Presidência da República, em 1976.



Jerónimo de Sousa — Operário metalúrgico, membro suplente do CC do PCP, 32 anos de idade. Durante o fascismo participou activamente no movimento sindical. Pertence ao Secretariado da CIL, membro da DORL e deputado à Assembleia Constituinte e à Assembleia da República.

Braga



Victor de Sá — Professor universitário e escritor, 58 anos de idade, natural de Barcelos. Membro do Conselho Científico da Faculdade de Letras do Porto. Sindicalista, em 1944/45 foi o fundador do Sindicato dos Caixeiros do Distrito. Historiador, tem 30 obras publicadas sobre diversos temas da cultura portuguesa. Candidato pela Oposição Democrática em 1961 e 1969. Preso pela PIDE sete vezes. Demitido de funções públicas em 1959. Membro do sector intelectual do PCP do distrito de Braga.

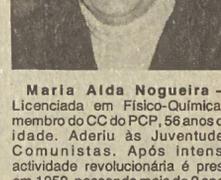
Faro



José Vitoriano — Membro da Comissão Política do CC do PCP, 57 anos de idade. Foi presidente do Sindicato dos Corticeiros do Algarve. Preso por duas vezes pela PIDE, a primeira das quais em 1948, passou mais de 17 anos nas prisões fascistas. Eleito deputado em 1976 para a Assembleia da República pelo distrito de Faro, exerceu funções de vice-presidente da Assembleia da República, cargo para que foi eleito sucessivamente nas três sessões legislativas.



Carlos Brito — Membro da Comissão Política do CC do PCP, 46 anos de idade. Foi preso por três vezes pela polícia fascista, evadindo-se em Maio de 1957 da cadeia do Aljube. Deputado à Assembleia Constituinte e à Assembleia da República. Faz parte do Conselho Executivo Português da União Interparlamentar.



Maria Aida Nogueira — Licenciada em Físico-Químicas, membro do CC do PCP, 56 anos de idade. Aderiu às Juventudes Comunistas. Após intensa actividade revolucionária é presa em 1959, passando mais de 9 anos nas prisões fascistas. Deputada à Assembleia Constituinte e à Assembleia da República. Faz parte do Conselho Executivo Português da União Interparlamentar.



Carlos Carvalhas — Economista, membro suplente do CC do PCP, 37 anos de idade. Desempenhou actividade política entre os estudantes e mais tarde na CDE. Membro do Partido desde 1969.



Ilda Figueiredo — Economista, 31 anos de idade. Foi militante e dirigente da Juventude Operária Católica em Aveiro. Pertence ao Organismo de Direcção do Sector Intelectual do Porto do PCP. Fez parte da lista Povo Unido para a Assembleia Municipal do Porto nas anteriores eleições autárquicas.



José Manuel Maia — Membro suplente do CC do PCP, serralheiro mecânico e membro da Comissão Concelhia de Almada do PCP. Foi membro do Conselho Geral dos Trabalhadores da Lisnave. Eleito deputado em 1975 à Assembleia Constituinte e em 1976 à Assembleia da República pelo distrito de Setúbal.

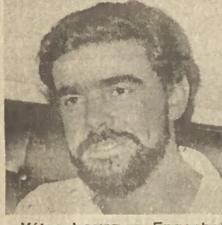
Santarem



Ercília Talhadas — Membro suplente do CC do PCP, operária química e membro da Comissão Concelhia do Barreiro do PCP. Membro do Movimento Democrático de Mulheres desde 1970. Candidata para a Oposição à Assembleia Nacional fascista em 1973. Eleita deputada em 1976 à Assembleia da República pelo distrito de Setúbal.



Sousa Marques — Engenheiro, membro da Organização Concelhia do Seixal do PCP. Membro da Presidência do Conselho Português para a Paz e Cooperação. Membro do Conselho Directivo do Grupo Parlamentar Português na União Parlamentar. Em 1976 eleito deputado à Assembleia da República pelo distrito de Setúbal.



Vitor Louro — Engenheiro silvicultor, membro do PCP desde 1966, 34 anos de idade. Foi secretário de estado da Estruturação Agrária no VI Governo Provisório e presidente da Comissão de Agricultura e Pescas da Assembleia da República. Eleito deputado à Assembleia da República.



Álvaro Brastleiro — Operário agrícola, 34 anos, membro do PCP desde 1960. Destacado lutador na defesa dos interesses dos operários agrícolas, participou em inúmeras greves e esteve preso 16 meses. Candidato em 1973 pela CDE. Membro da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Alpiarça. Candidato à Assembleia da República.



Jaime Serra — Membro da Comissão Política do CC do PCP. Preso por quatro vezes, evadiu-se por três. Em 1975 foi eleito deputado à Assembleia Constituinte e em 1976 eleito deputado à Assembleia da República pelo distrito de Setúbal.



Carlos Espaninha — Pescador (Sines), membro da Comissão Concelhia de Sines do PCP. Presidente da Assembleia Geral do Sindicato dos Pescadores do Distrito de Setúbal.

Setúbal



Fernando Freitas Rodrigues — Empregado de escritório, membro da Direcção Nacional da Juventude Comunista Portuguesa.



Domingues Abrantes — Membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP. Militante do Partido desde os 18 anos. Preso por duas vezes, passou no total 11 anos nas prisões fascistas. Em 1976 foi eleito deputado à Assembleia da República pelo distrito de Setúbal.



Lino Lima — Advogado, membro do PCP, 62 anos de idade. Membro do Partido desde 1941. Preso quatro vezes pela PIDE. Candidato à Assembleia Constituinte por Braga. Em Agosto de 1975 o seu escritório de advogado em Famalicão é destruído por um bando de terroristas. Deputado à Assembleia da República. É membro do Conselho Superior de Magistratura.



Marino Barbosa Vicente — Consultor jurídico, membro da Comissão Concelhia de Setúbal do PCP.